

**Universidade de Brasília-UNB**  
**Coordenação do Curso de Direito**

**João Pedro Leite Barros**

**DANOS MORAIS COLETIVOS E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA.**

**Brasília**

**2013**

**João Pedro Leite Barros**

**DANOS MORAIS COLETIVOS E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Coordenação de Direito da Universidade de  
Brasília - UNB, como requisito parcial para  
obtenção do grau de bacharel em direito.  
Orientador: Marthius Sávio Cavalcante  
Lobato.

**Brasília**

**2013**

Reprodução parcial permitida desde que citada a fonte.

---

BARROS, João Pedro Leite.

Danos Morais Coletivos e seus reflexos na sociedade contemporânea / João Pedro Leite Barros. – Brasília, 2013.

1-

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação de Direito da Universidade de Brasília- UNB, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em direito Orientador: Marthius Sávio Cavalcante Lobato

1. Danos Morais Coletivos e seus reflexos na sociedade contemporânea.

CDU

---

## **DEDICATÓRIA**

Àqueles que fazem da vida, a  
arte de fazer o bem!

## **AGRADECIMENTOS**

A vida é luta renhida, viver é lutar.  
Que aos fracos abate; e aos fortes só  
sabe exaltar.

Desta forma, agradeço ao  
combustível da minha alma:  
Carmem Luiza Leite, José Haroldo  
Barros, Luísa e Rinaldo.

# RESUMO

A presente monografia visa aprofundar as nuances do dano moral coletivo, conceituando-o, explicitando o destino da verba arbitrada em sua condenação e seus reflexos na sociedade. No tocante às ações que versam sobre dano moral, são legitimados ativos para demandar com ação civil pública os sindicatos e associações, com fito de tutelar os interesses coletivos de determinada categoria. Essa norma alberga as demandas de responsabilidade por danos patrimoniais e morais decorrentes de interesses coletivos e difusos, tendo por objeto a condenação em pecúnia ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Reza, em seu artigo 13, que existindo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), gerido por um Conselho Federal ou Conselhos Estaduais dos quais obrigatoriamente participarão o Ministério Público e representantes da comunidade, destinando-se os recursos à coletividade. Nos Estados, os Conselhos Estaduais têm como função precípua gerir a verba, direcionando-a para mecanismos de proteção ao consumidor. Ou seja, uma vez depositada no Fundo a pecúnia proveniente da condenação, deve haver repasse imediato para os órgãos responsáveis pela reparação dos bens vilipendiados. Na Justiça do Trabalho, em virtude da ineficiência do Fundo, outrora mencionado, foi pacificado entendimento no sentido de direcionar tais valores ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em viés diametralmente oposto, os sindicatos e associações não são legítimos para se beneficiarem dos valores das condenações provenientes das ações de dano moral coletivo. Nesta linha de raciocínio, o trabalho em voga trará uma visão crítica no que concerne ao destino dessa verba aos Fundos em comento e qual a consequência prática para seus destinatários.

Palavras-chave: dano moral coletivo; Fundo de Defesa de Direito Difuso; sindicato; associações; pecúnia

# ABSTRACT

The current monograph aims to delve into the nuances about collective moral damage, conceptualizing it, explaining the destiny of the money awarded from condemnations and its effects on society. Concerning the actions that deal with damage, unions and associations are legitimate to require civil suits, aiming to protect the collective interests of its members. Such standard features the liability claims for property damage as an outcome from collective and diffuse interests, adding to the condemnation action a penalty in cash or the accomplishment in doing or prohibited from doing. Article 13 tells that, existing the penalty in cash, the compensation for damage shall accrue to a fund managed by a Federal or State Council that must participate prosecutors and representatives of the community, allocating resources to the community. In States, the State Councils primary function is to manage the funding mechanisms for the consumer protection. Once deposited in the Fund, the amounts resulting from condemnations passes immediately to the organisms responsible for repairing the goods vilified. In the Labor Court, because the inefficiency of the Fund, previously mentioned, knowledge was pacified to direct such amounts for Worker Support Fund. Although, unions and associations are not entitled to benefit from the legal funds of collective moral damage. In this context, the work in vogue will bring a critical about the destiny of the funds and the practical consequences for the recipients.

Keys words: collective moral damage, consumer protection, Federal or State Council.

## SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO .....	9
2- DA TUTELA COLETIVA.....	11
2.1- BREVE HISTÓRICO .....	11
2.2- DISTINÇÃO ENTRE DANO PATRIMONIAL E DANO MORAL.....	13
2.3- DEFINIÇÃO DO DANO MORAL .....	14
2.4-COTEJO ENTRE DANO MORAL INDIVIDUAL E DANO MORAL COLETIVO .....	16
2.5-CONFIGURAÇÃO E QUANTUM DO DANO MORAL .....	17
2.6-DO DANO MORAL COLETIVO .....	22
2.6.1-CONCEITO E LEGITIMIDADE .....	22
2.6.2- ESPÉCIES DO DANO MORAL COLETIVO.....	24
2.7- DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA E DA PROVA .....	26
3- DESTINO DA VERBA PROVENIENTE DO DANO MORAL COLETIVO NA SEARA TRABALHISTA E CONSUMERISTA .....	28
3.1- DANO MORAL COLETIVO NO DIREITO DO TRABALHO .....	28
3.2- INADEQUAÇÃO DA DESTINAÇÃO AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR .....	29
3.3-EFICÁCIA.....	30
3.4- DANO MORAL COLETIVO NO DIREITO DO CONSUMIDOR E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE .....	32
4-CONCLUSÃO .....	38
ANEXOS.....	410
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	422



## 1-INTRODUÇÃO

A presente monografia aprofundará as nuances do dano moral coletivo, conceituando-o, explicitando o destino da verba arbitrada em sua condenação e seus reflexos na sociedade. Em se tratando de ações sobre dano moral, são legitimados ativos para demandar com ação civil pública os sindicatos e associações, com fito de tutelar os interesses coletivos de seus filiados, fundamentado na Lei nº 7.347/1985. Esta norma alberga as demandas de responsabilidade por danos patrimoniais e morais decorrente de interesses coletivos e difusos, tendo a ação por objeto a condenação em pecúnia ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Reza, em seu art. 13, que existindo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais dos quais, obrigatoriamente, participarão o Ministério Público e representantes da comunidade, destinando-se os recursos à coletividade como um todo. Esse Fundo é o denominado Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), e possui abrangência estadual e federal. Nos Estados, os Conselhos Estaduais têm como função precípua gerir a verba, direcionando-a para mecanismos de proteção ao consumidor. Ou seja, uma vez depositada no Fundo a verba proveniente da condenação, esse repassa-a de imediato para os órgãos responsáveis pela reparação dos bens vilipendiados.

Na Justiça do Trabalho, em virtude da ineficiência e muitas vezes inexistência do Fundo outrora mencionado foi pacificado entendimento no sentido de direcionar tais valores ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em viés diametralmente oposto, os sindicatos e associações não são legitimados para se favorecerem diretamente dos valores das condenações provenientes das ações de dano moral coletivo.

De fato, na seara trabalhista, não são raros os casos de ocorrência de danos morais coletivos. Raimundo Simão de Melo<sup>1</sup> cita como exemplo na relação ao meio ambiente laborativo o trabalho análogo à condição de escravo, o trabalho infantil, à

---

<sup>1</sup> MELO, Raimundo Simão de. Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador, 2. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 287.

discriminação de toda ordem (da mulher, do negro, do dirigente sindical, do trabalhador que ajuíza ação trabalhista, do deficiente físico etc).

No tocante ao direito consumerista, observamos que os Fundos de reparação de danos destinam a verba para projetos aleatórios, sem pertinência temática com seus bens vilipendiados, numa dinâmica sem nexo com sua efetiva causa.

Dessa forma, Michael Sandel<sup>2</sup> explica que para chegarmos ao conceito de justiça, devemos maximizar a utilidade ou o bem-estar- máxima felicidade para o maior número de pessoas. Ou seja, será que está sendo feita efetivamente a justiça ao destinar tais verbas para os Fundos?

---

<sup>2</sup> SANDEL, MICHAEL J, Justiça- o que é fazer a coisa certa, Ed. Civilização Brasileira.p.242

## 2- DA TUTELA COLETIVA

### 2.1- BREVE HISTÓRICO

Cumpre, *in primis*, salientar as diferentes espécies do direito coletivo (em gênero), senão vejamos: interesses difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos.

Os direitos difusos são caracterizados por serem indivisíveis e nos remetem à toda sociedade. Basta observar as tutelas referentes ao meio ambiente, patrimônio sócio cultural, que refletem em toda população visto que se ocorrer qualquer dano a ele, afetará direta ou indiretamente a comunidade.

Em se tratando de direitos individuais homogêneos observamos que seus titulares são sujeitos determinados ou determináveis (elemento subjetivo), cujo objeto é divisível (elemento objetivo). Os direitos individuais homogêneos são caracterizados por uma gama de direitos individuais tuteláveis, por serem provenientes da mesma origem comum. Tal origem pode remeter a coisas, interesses e direitos, que advêm da mesma ‘fonte’, seja ela uma ‘fonte’ jurídica (quando existe uma relação jurídica de qualquer espécie) ou fática, na forma do que acontece com os interesses difusos.

De fato, a evolução dos direitos difusos ou coletivos sucede das manifestações vanguardistas norte americanas que surgiram no século XX. As demandas coletivas surgidas no país têm relação intrínseca de origem e consequência com as ``*classes actions*`` oriundas da doutrina norte americana. Tal mecanismo de tutela coletiva é compreendido como solução jurídica através da qual uma ou mais pessoas, representadas por um advogado, iniciam ou mantêm uma ação em nome de um grupo de pessoas, de uma classe, para obter a solução de um conflito coletivo de interesse.

Nessa linha, tal ação tem como condão de consolidar três objetivos: promoção da economia processual, livre acesso à justiça e a aplicação voluntária do direito material, consoante ensinamentos da professora Ada Pelegrini Grinover<sup>3</sup>.

No Brasil, em meados da década de 50, eclodiram reivindicações sociais que nunca tiveram tradição histórica de confrontação. Surgiram movimentos de consumidores, homossexuais, ambientalistas, que tinham como objetivo em comum a luta por novos direitos em questões específicas; saúde, educação, transporte, qualidade de vida, dentre outros. Desta forma, os interesses coletivos e difusos, como se vislumbra no direito do consumidor em suas relações com fornecedores de produtos e serviços, passaram a compor o rol de direitos fundamentais.

Na seara trabalhista, alguns interesses de natureza coletiva foram pleiteados, tais como: o não recolhimento dos depósitos do FGTS, a adoção de medidas discriminatórias contra os autores de reclamações trabalhistas, dentre outros.

No país, o embate dos direitos coletivos tem seu marco inicial na doutrina processual de direito, especificamente no instante em que surgiram as ações coletivas. Ou seja, o legislador brasileiro foi influenciado pelos juristas italianos que sintetizavam que o acesso à justiça, em suma, traduzia em oferecer novas diretrizes para solução dos entraves da sociedade de massas.

Dessa forma, o constituinte de 1988 foi sensível à mudança das demandas processuais, sobretudo no tocante à coletividade, que ampliou o catálogo de direito materiais, incrementando as diversas espécies processuais de tutela de interesses metaindividuais.

No tocante à Lei da Ação Civil Pública, emergiu a necessidade de prevenir e evitar as atrocidades cometidas pela própria sociedade em desfavor da ordem pública. Além disso, permitiu que questões sequer aventadas preteritamente fossem colocadas

---

<sup>3</sup> GRINOVER, Ada Pelegrini . Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.(...) a prevalência das questões comuns sobre as individuais, que é condição de admissibilidade no sistema da class action for damages norte-americanas, também o é no ordenamento brasileiro, que só possibilita a tutela coletiva dos direitos individuais quando estes forem homogêneos.

em voga, como o vilipêndio ao patrimônio público, o meio ambiente, a cultura. Em momento pretérito ao da ação civil publica, os únicos instrumentos à disposição dos jurisdicionados para a defesa dos interesses coletivos era a ação popular, introduzida em nosso ordenamento pela Constituição Federal de 1934 e pela Lei Federal 4.717/65.

Por sua vez, a Lei 8.078/90 esmiuçou as definições de direitos coletivos, individuais homogêneos e difusos, além de resguardar a tutela das ações judiciais em ação coletiva por danos individualmente feridos.

Vale dizer que tais leis ainda interagiram entre si, como se nota no dispositivo do Código de Defesa do Consumidor, artigo 117, que amplia o rol de abrangência do direito difuso, destinando-se a qualquer caso de interesse coletivo.

Delimitado sinteticamente a evolução do dano moral coletivo, temos que a melhor definição de um exemplo de direito coletivo, visualizado no caso concreto, é trazida pelo doutrinador Bezerra Leite<sup>4</sup>, *in verbis*:

"(...) trabalhadores da empresa Z têm direito a meio ambiente de trabalho em condições de salubridade e segurança. Se esse grupo de trabalhadores objetiva a eliminação dos riscos à vida, à saúde e à segurança, emerge aí o interesse coletivo do grupo (transindividual), de natureza indivisível (eliminando-se os riscos, todos serão beneficiados indistinta e simultaneamente), cujos titulares (o grupo dos trabalhadores da empresa Z) estão ligados entre si (empregados da mesma empresa) e com a parte contrária (empregador), através de uma relação jurídica base (vínculo organizacional, no primeiro caso, e relação empregatícia, no segundo)."

Consoante os ensinamentos de Vicente de Paula<sup>5</sup> para explicarmos o caráter coletivo das ações e sua essência devemos partir do plano dos fatos e do objeto a que se pretende tutelar, o qual revelará a natureza coletiva da ação.

Finalmente, a crítica doutrinária reitera o entendimento de que as ações coletivas são o progresso jurídico do século XXI visto que têm eficácia para milhares de pessoas em uma única decisão. Dessa forma, é dever do Judiciário analisar cautelosamente as

---

<sup>4</sup>LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Ação Civil Pública - Nova Jurisdição Trabalhista Metaindividual - Legitimação do Ministério Público - São Paulo : LTr - 2001, p. 59.

<sup>5</sup>JUNIOR, Vicente de Paula Maciel. Teoria das ações coletivas como ações temáticas, São Paulo: LTr, 2006, p.132.

demandas desse gênero, que muitas vezes possuem maior complexidade e traduzem o anseio de milhares de pessoas.

## 2.2- DISTINÇÃO ENTRE DANO PATRIMONIAL E DANO MORAL

É de bom alvitre distinguir preliminarmente as duas expressões bastante utilizadas na seara civil do ordenamento jurídico brasileiro. A primeira, trata-se do dano referente aos interesses relativos a bens que necessitam reposição, reparação ou equivalência econômica, alcançada através da indenização em pecúnia. Essa modalidade ainda é comumente chamada de dano material, muito embora esteja em desuso, tendo em vista que tal expressão somente revelaria o aspecto material do bem, olvidando a compreensão de patrimônio que não pode ser corporificado fisicamente. Neste sentido, basta observar os direitos referentes ao crédito e àqueles referentes aos bens que iriam compor ``patrimônio futuro`` do cidadão, que por não ter concretizado por alguma razão, enseja em indenização sob modalidade de lucro cessante.

Por outro lado, é convencionalmente chamada de dano moral, extrapatrimonial ou dano imaterial o interesse jurídico, objeto da lesão que não seja passível de quantificação econômica diante da impossibilidade de traduzir dano como pecúnia. Finalmente, ainda pode ainda ser chamada de ``prejuízos morais ou ``agravo moral``, consoante ensinamentos de Wilson Melo da Silva<sup>6</sup>.

Em que pese ser usada pela maioria dos juristas brasileiros, a denominação dano moral tem sido alvo de críticas já que pode ser considerada, desde sua concepção, a conotação de sofrimento ou dor, aspectos relativos ao campo dos sentimentos. Na verdade, basta observar os danos referentes à dignidade humana, como o direito ao respeito ao nome, à reputação social ou ao direito de imagem.

Neste sentido, a jurista Judith Martins Costa<sup>7</sup> explica que a expressão dano extrapatrimonial é a mais apropriada, já que inclui como subespécies os danos às pessoas, ou a personalidade, danos à saúde, constituídos em dano moral em sentido

---

<sup>6</sup> SILVA, Wilson Melo da. O dano moral e sua reparação. 3 e.ed.rev. e amp.3.tir.Rio de Janeiro:Forense, 1999.

<sup>7</sup> MARTINS-COSTA, Judith.Os danos à pessoa no direito brasileiro e a natureza de sua reparação.In: A reconstrução do direito privado.Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

próprio, além dos casos referentes aos danos difusos e coletivos, como os danos referentes ao meio ambiente.

### 2.3- DEFINIÇÃO DO DANO MORAL

A conceituação originária da teoria dos danos tratava o dano moral como somente aquele vinculado ao aspecto da dor física ou à esfera dos sentimentos.

Neste passo, o novel Código Civil inovou ao trazer conceitos acerca dos ``Direitos da Personalidade``, como se observa nos artigos de 11 a 21, objetivando resguardar o que o antigo código não albergou: o respeito e a proteção plenamente assegurados à dignidade da pessoa humana, consoante matriz constitucional impressos no artigo 1, inciso III, da Carta Magna<sup>8</sup>.

Nesta direção, Yussef Said Cahali<sup>9</sup> caracteriza dano moral como privação daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem, e que são a paz, a tranquilidade de espírito, liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos. Ou seja, é tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, que podem ser evidenciados pela dor, angústia, sofrimento, tristeza, desprestígio, humilhação pública, dentre outros.

Por sua vez, Sérgio Severo<sup>10</sup> observa uma tendência no sentido de erradicar o subjetivismo do campo do dano extrapatrimonial, de forma que este elemento deva ser superado, já que o dano moral será referente àquele dano que não seja de índole patrimonial, ou seja, possuiria característica residual.

Regra geral, os doutrinadores contemporâneos afirmam que a teoria do dano moral ultrapassou a concepção limitada que cingia aos mais variados sentimentos: dor, angústia, sofrimento, para assimilar novas diretrizes referentes à outras esferas no que

---

<sup>8</sup>BRASIL.Constituição Federal. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana.

<sup>9</sup> CAHALI, Yussef Said.Dano Moral. 2.ed.rev.atual.e.ampli.Sao Paulo:revista dos Tribunais, 1999.

<sup>10</sup> SEVERO,Sergio.Os danos extrapatrimoniais.São Paulo:Saraiva, 1996.

concerne à dignidade da pessoa humana, rompendo a fronteira do subjetivismo e sentimentalismo outrora utilizados pelos juristas.

Neste passo, a Constituição Federal trouxe a lição em seu artigo 5, inciso X, evidenciando que a proteção à intimidade, vida privada, honra e imagem não estão restritas à pessoa física, mas se referem também à pessoa jurídica.

Neste toar, o Superior Tribunal de Justiça cristalizou o entendimento esposado ao editar a súmula 227, *in verbis*:

``A pessoa jurídica pode sofrer dano moral``

Dessa forma, o Código Civil também abordou sobre o tema, ao dispor em seu artigo 52 que são aplicáveis às pessoas jurídicas, naquilo que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

Finalmente, em outra vertente, existem no Congresso Nacional alguns projetos de leis que visam regular a disciplina do dano moral, tais como Projeto de Lei 7124/2002 (Dispõe sobre danos morais e sua reparação), Projeto de Lei 1443/2003 (Estabelece critérios para a definição do dano moral), Projeto de Lei 334/08 (Regulamenta o valor das indenizações por dano moral) e Projeto de Lei 523/11, que pretendem instituir regras a respeito das reparações por danos morais, mas que ainda precisam ser amadurecidos pelo debate na sociedade.

## 2.4-COTEJO ENTRE DANO MORAL INDIVIDUAL E DANO MORAL COLETIVO

Cumpramos também desmistificar a confusão entre os conceitos de dano moral individual e o dano moral coletivo.

Partindo de um critério que tenha em consideração a extensão subjetiva do dano, o dano moral ser dividido em individual, quando o patrimônio ideal de uma pessoa é vilipendiado, ou difuso (ou coletivo), quando é atingido o patrimônio imaterial de uma categoria de pessoas ou de toda coletividade, consoante ensinamentos de Xisto Neto<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de, op. cit., 2007, p. 137.(...) tomando-se por base um critério que leve em consideração a extensão do dano, pode o dano moral ser dividido em individual, quando é ofendido o patrimônio ideal de uma pessoa, ou coletivo (ou difuso), quando é atingido o patrimônio imaterial de toda a coletividade ou de uma categoria de pessoas.(...)



Na seara trabalhista, é facilmente perceptível a distinção da natureza jurídica entre esses dois gêneros, posto que o dano moral individual é um instituto de Direito Individual do Trabalho, com características peculiares, já o dano moral coletivo se enquadra no Direito Coletivo do Trabalho e possui institutos e nuances próprias, denotando a necessidade de uma hermenêutica jurídica distinta.

Ademais, Bittar Filho<sup>12</sup> afirma que assim como cada indivíduo tem sua carga de valores, também a comunidade, por ser um conjunto de indivíduos, tem uma dimensão ética. Por isso mesmo, instaura-se entre os destinos dos interessados tão firme união, que a satisfação de um só implica de modo necessário a satisfação de todas; e, reciprocamente, a lesão de um só constitui, *ipso facto*, lesão da inteira coletividade.

Dessa forma, se até as pessoas jurídicas são passíveis de sofrer dano moral, imagine-se a coletividade, que é um ente despersonalizado, mas que possui valores morais e um patrimônio ideal a ser receber proteção do Direito.

Salienta-se, finalmente, que para proteção do dano moral individual geralmente são ajuizadas ações atomizadas por qualquer cidadão que se sentir lesado; já o dano moral coletivo somente pode ser reparado por meio da ação dos legitimados, como as associações, os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho e as demais entidades legitimadas.

## 2.5-CONFIGURAÇÃO E QUANTUM DO DANO MORAL

Atentos à lógica do direito, os juristas reiteraram ser desnecessário realizar prova da existência ou configuração do dano moral.

Ora, a percepção de tais danos são decorrentes da própria violação de tais direitos, constituindo presunção relativa. Ou seja, `` uma vez violado algum direito da personalidade, caracterizado está o dano moral, independente de qualquer reação interna ou psicológica do titular do direito``, consoante ensinamentos do magistrado Andre Gustavo Correa de Andrade<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> BITTAR FILHO, Carlos Alberto, op. cit., 1994, p. 49.

<sup>13</sup> ANDRADE, André Gustavo Correa de. Dano Moral e indenização punitiva. Rio de Janeiro:Forense, 2006.

Ou seja, o dano moral revela-se como um dano *in re ipsa*, aquele factível pela própria violação, sendo desnecessária qualquer comprovação. É dizer: ``a prova do dano moral se satisfaz, em regra, com a demonstração do fato que o ensejou``<sup>14</sup>.

É certo que na reparação de danos morais cumpre perquirir fundamentos diversos daqueles referentes à busca do dano patrimonial. Na verdade, querer usar os mesmos moldes utilizados para arbitrar o dano patrimonial seria incorrer em um erro crasso. Dessa forma: para valores diversos, devem-se existir diversas forma de reparação<sup>15</sup>.

Destarte, o conteúdo do objeto referente ao dano moral é intraduzível por um preço, assim não se deve adotar uma tarifação prévia ou adoção de medidas de um sistema universal. Por outro lado, é inconcebível restar ausente qualquer tipo de reparação à sua violação, visto ser albergado claramente na Constituição Federal, em seu artigo 5, inciso xx, senão vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação

Neste sentido, os doutrinadores compreendem que a forma de reparação do dano moral deve ser traduzida na expressão ``satisfação-compensação``, devendo ser arbitrado pelos magistrados valor pecuniário que vise atenuar os efeitos do dano, além de utilizar outros mecanismos de reparação, como se observa na reparação pública em um jornal de livre circulação, ou até mesmo em mídias digitais condizentes com a natureza da lesão.

<sup>14</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp 472.732/MG, 4 Turma, DJ-05.05.2003.

<sup>15</sup> SILVA, Wilson Melo da. O dano moral e sua reparação. 3.ed.rev.e.ampl. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

Desta forma, os juristas compreendem que a reparação no caso dos danos morais assumiria um caráter satisfatório, já que, pela impossibilidade da valorização do preço da dor, jamais se chegaria a uma reparação segundo o modelo de equivalência. Neste toar, o princípio constitucional paradigmático dos magistrados será o da razoabilidade, norte de todo o sistema jurídico, além dos limites postos pela moral, qual seja: bom-senso em cada caso concreto, observando suas peculiaridades.

Neste sentido, alguns doutrinadores<sup>16</sup> indicam critérios para fixação da indenização por danos morais que norteiam a decisão do magistrado, como a extensão do dano, as condições sócio-econômicas e culturais dos envolvidos, as condições psicológicas das partes e o grau de culpa do agente. Ou seja, deve-se observar: a) a gravidade do fato em si e suas consequências para a vítima (dimensão do dano); b) a intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente (culpabilidade do agente) c) a eventual participação culposa do ofendido (culpa concorrente da vítima); d) a condição econômica do ofensor; e) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Por outro lado, em viés diametralmente oposto, Maria Celina Bondin de Moraes compreende ser necessário diferenciar os interesses merecedores de proteção do ordenamento jurídico e aqueles caprichosos, fúteis ou até mesmo aqueles que representam meros aborrecimentos ou transtornos do cotidiano. Desta forma, tal entendimento foi consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça que o ``mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exarceba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige``<sup>17</sup>.

Nessa esteira, diante de tal entendimento, existe uma crítica ácida aos advogados que, em quase todas as ocasiões tentam encaixar a possibilidade de reparação de danos, mais conhecida como ``indústria do dano moral``. Ora, devemos analisar tal questão com parcimônia.

---

<sup>16</sup> SANSEVERINO, Paulo de Tarso. Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor Ed.Saraiva, 2010.

<sup>17</sup> BRASIL.Superior Tribunal de Justiça.Resp 215.666, 4 turma, 21.06.2001, DJ. 29/10/2001, Rel Ministro Cesar Asfor Rocha.

Em primeiro plano, assiste parcialmente razão aos críticos que corretamente afirmam que muitos vislumbram dano moral em todo e qualquer ato ilícito, muitas vezes traduzidos em meros aborrecimentos, consoante entendimento supracitado pelo STJ.

Em razão das inúmeras possibilidades de cabimento de indenização decorrente de dano moral, tem-se acentuado o suposto *fenômeno da banalização do dano moral*, que o transformou numa verdadeira indústria, com variadas formulações de pedidos sem propósito, o que sobrecarrega o já afogado sistema judiciário que se mostra ineficiente para acompanhar tamanha quantidade de ações, como pondera Fábio Ulhoa Coelho<sup>18</sup>.

Recentemente, tem-se apontado como solução para tal crise, a aplicação da litigância de má-fé “ex officio” pelos magistrados, quando da compreensão de que o pleito de dano moral não passa de mera aventura jurídica, tese muitas vezes mitigada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por outro lado, a psicologia do Direito ensina que uma das tarefas básicas do juiz é se colocar no lugar do ofendido e do ofensor, para que se tenha real dimensão do dano ocorrido. Desta forma, muitos magistrados não partem de tal premissa, nem tampouco observam as peculiaridades de cada caso.

Utilizemos os serviços públicos em geral, como a telefonia como exemplo. É lição básica do Direito, situada em seus princípios gerais, que a sociedade evolui, e com ela, o Direito. Ora, devemos ter como ponto de partida a realidade brasileira, qual seja: setores de telefonia cada vez mais robustos financeiramente, e serviços não condizentes com os valores tarifados.

A má prestação de serviço fica patente em todos os sentidos, basta observar a sequência de fatos ocorridos recentemente: a Anatel proibiu a venda de linhas telefônicas por parte de algumas companhias telefônicas simplesmente porque não

---

<sup>18</sup>COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil: Obrigações: Responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2010. Consultor Jurídico. Reflexo da Sociedade – Cresce o número de ações por danos morais no TJ-RJ. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-ago-29/cresce-numero-acoes-danos-morais-tj-rio>> Acesso em 16 out. 2012 (...)a banalização da dor é um desvirtuamento da indenização por danos morais, sendo que se sentimentos experimentados não se caracterizam por uma dor tormentosa, excepcional, significativa, não é caso de fixar indenização por danos morais(...)

oferecem a qualidade ofertada. Pior: não utilizaram a verba destinada para incremento nos serviços de tecnologia.

Resultado: temos inúmeros consumidores que ligam diariamente para serviços de call center, sendo alvo de posturas desdenhosas por parte de tais empresas, já que gastam horas no telefone e, geralmente não resolvem seu problema. Basta tomar como exemplo os serviços de chamadas, em que os consumidores não conseguem completar as ligações e tem que efetuar ligações sucessivas para o mesmo objetivo, gastando muitas vezes todos os créditos em linhas pré pagas. Ora, em tese, aqueles que utilizam do telefone pré pago geralmente são pessoas com condição financeira mais simples, e, de fato, são as mais prejudicadas.

Neste sentido, diante de todo fato narrado, o tempo empreendido pelos consumidores, a quantidade de protocolos fornecida, as tentativas frustradas e a ausência de um serviço decente, todos esses fatores devem pautar a análise dos magistrados.

No mundo contemporâneo, dinâmico, em que as pessoas normalmente têm menos tempo com seus filhos, passar horas ao telefone para tentar resolver um problema oriundo de uma postura descabida dessas empresas é um afronte à dignidade da pessoa humana.

Se analisarmos pontualmente tal fato, pincelando somente a tentativa frustrada no seu intento, os magistrados não avaliariam tal contexto como dano moral. Por outro lado, ao perceber tal postura negligente das empresas perante os consumidores, deveremos notar que existe um dano moral patente e plausível de reparação.

Para piorar, o problema também diz respeito ao *quantum* a ser arbitrado. É necessário observar as condições econômicas dos polos da demanda, normalmente composta por pessoas hipossuficientes economicamente e por empresas com enorme faturamento. Neste sentido, de que adianta arbitrar valores irrisórios para empresa infratora, se ela persiste em cometer tal agressão?

O que, na verdade, deveria ser empregado é uma reparação em progressão geométrica nos casos de reiteração. A cada erro proveniente do mesmo objeto da

demanda, a empresa deveria ser obrigada a reparar progressivamente, com a finalidade com o fito de não incorrer no mesmo erro. Por outro lado, é óbvio que não poderemos locupletar-se indevidamente às custas de outrem, princípio civilista evidente, mas persistir no erro cometido é se afastar mais ainda de uma solução concreta.

E, de fato, somente o Poder Judiciário tem o condão de solucionar de forma prática tal dano. Temos inúmeros Órgãos de Defesa do Consumidor, como os Procons e Associações, mas infelizmente em quase todos, não observamos efeitos práticos.

De que adiante o artigo 15<sup>19</sup> do Decreto Lei n ° 6.523, de 31 de julho de 2008 que regulamenta a obrigação de fornecer números de protocolos pela empresa de telefonia, se as pessoas ligam inúmeras vezes, anotam os protocolos e o serviço não melhora? Para apresentar ao magistrado e esse nada fazer, muitas vezes julgando improcedente o pleito sem ao menos ver o contexto narrado?

Dessa forma, são de inestimáveis valores as lições sobre o tema pelo ilustre jurista Andre Gustavo Correa<sup>20</sup> :

“Os punitive damages são definidos com indenização outorgada em adição à indenização compensatória quando ofensor agiu com malícia ou dolo. São também usualmente chamadas de *exemplary damages*. Constituem uma soma de valor variável, estabelecida em separação dos *compensatory damages*, quando o dano é decorrente de um comportamento lesivo marcado por grave negligencia, malícia opressão. O propósito geral dos *punitive damages* é o de punir o ofensor, estabelecendo uma sanção que lhe sirva de exemplo para que não repita o ato lesivo além de dissuadir comportamentos semelhantes por parte de terceiros. Entende-se que, na realização desses propósitos, os *punitive damages* atuam em prol do interesse público e social.”

No Brasil, ainda persiste discussão a respeito da aplicação dos *punitive damages*. No sistema jurídico brasileiro, rege-se o princípio geral da vedação do enriquecimento sem causa, utilizado como basilar fundamento para vedar a aplicação dos danos

<sup>19</sup> Decreto Lei 6523 que regulamenta a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC (...) Art. 15. Será permitido o acompanhamento pelo consumidor de todas as suas demandas por meio de registro numérico, que lhe será informado no início do atendimento.

<sup>20</sup> ANDRADE, André Gustavo Correa de. Dano Moral e indenização punitiva. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

punitivos. O motivo dessa vedação nos remete a experiência americana em que os danos punitivos assemelham-se a ganhar um prêmio da loteria.

Ao analisar o instituto observa-se que as indenizações nos Estados Unidos são repartidas em duas parcelas. A primeira parte refere-se à compensação ou à reparação e na segunda englobam-se os danos punitivos, ainda repudiados pelos magistrados brasileiros. Na verdade, de acordo com a teoria da responsabilidade civil brasileira, parte-se do pressuposto de pelo menos três aspectos ao estipular o valor da indenização: a extensão do dano causado, a condição econômica das partes e o efeito pedagógico a ser alcançando contra o agente causador do dano.

Ocorre que, na realidade brasileira ainda encontramos uma ínfima parcela dos magistrados que utilizam de tais princípios concernentes à política do desestímulo, já que a maior parte das decisões somente reflete o aspecto da compensação em relação ao bem lesado, e em muito menor grau, o elemento sancionatório-preventivo.

Na verdade, as multas aplicadas nos casos em concreto são uma bagatela em detrimento do vultoso lucro das empresas, que persistem em fornecer serviço ineficiente para os consumidores. Dessa forma, diante dos fatos narrados no exemplo da telefonia, urge a necessidade de aplicarmos tal princípio nas decisões brasileiras, tendo em vista o oneroso serviço dessas empresas, e sua precária condição de uso.

## 2.6-DO DANO MORAL COLETIVO

### *2.6.1-CONCEITO E LEGITIMIDADE*

Desde final do século XX, a compreensão de dignidade do homem tem se projetado na sociedade de forma concreta, concebendo o indivíduo em sua integralidade e plenitude, de modo a ensejar projeção jurídica na órbita coletiva.

Dessa forma, é evidente que na contemporaneidade moderna a força da crescente ampliação dos direitos fundamentais vieram a ter realce nessa esfera coletiva ainda não desbravada. Para Norberto Bobbio<sup>21</sup>, tal multiplicação ocorreu em virtude do

---

<sup>21</sup> BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

incremento na quantidade de bens considerados merecedores de tutela, ou seja, mais bens- mais sujeitos-mais status de indivíduo.

Consoante ensinamentos de Xisto Neto<sup>22</sup>, dois fatores fundamentais propiciaram a proteção jurídica dos interesses titularizados por coletividades de pessoas: o primeiro, refere-se a abertura do sistema jurídico que albergou plena proteção aos direitos inerentes à personalidade e também referido à dignidade humana. O segundo, reflete o fenômeno da coletivização do direito, com o reconhecimento e tutela dos direitos coletivos e difusos, fruto de sociedade de massas e de relações multiformes entre a coletividade.

Neste mesmo toar, Marcos Antonio Marcondes Pereira<sup>23</sup> afirma que da mesma forma como é detectável um patrimônio mínimo da pessoa humana individualmente considerada, pode-se afirmar ser detectável um patrimônio mínimo a ser protegido por toda a coletividade. Tal patrimônio pode ser representado pelo acervo de interesses difusos e coletivos, em especial, os bens ambientais, culturais, paisagísticos e urbanísticos que não pertencem a um indivíduo isoladamente, mas sim a toda comunidade diretamente afetada, que se faz legitimadas pela ação civil pública, ou ação coletiva.

Dessa forma, o dano moral coletivo pode decorrer da identificação ou visualização de um padrão de conduta da parte com evidente alcance potencial lesivo à sociedade. É dizer: ainda que em caso concreto que decorre um ilícito específico para determinada pessoa ou grupo, deve se observar que tal atitude pode servir como *standart* comportamental, visto que tal ação pode se reverberar por toda sociedade.

Neste viés, a Carta Magna descortinou a tutela dos danos morais, sobretudo no que tange sua órbita coletiva. No seu artigo 5º, observa o princípio basilar de proteção integral e amparo jurídico aos interesses transindividuais, valorizando-se, de uma só vez, os direitos de natureza coletiva e seus instrumentos próprios de proteção.

---

<sup>22</sup> NETO, XISTO TIAGO DE MEDEIROS. Dano Moral Coletivo. 3 ed. São Paulo: Ltr, 2012.

<sup>23</sup> PEREIRA, Marcos Antonio Marcondes. Dano moral contra a coletividade: ocorrência na ordem urbanística. <http://www.mp.sp.gov.br/co-habitacao> Acesso em 29 de junho de 2002.



Ademais, o Ministério Público foi legitimado para propor ação civil pública defendendo o manuseio da tutela de qualquer interesse difuso e coletivo, além daqueles referentes ao patrimônio público e social ao meio ambiente, consoante artigo 129<sup>24</sup> da Constituição Federal. Dessa forma, foi ampliado o espectro de incidência dos casos já previstos pela Lei de Ação Civil Pública-Lei 7347/85<sup>25</sup>, que limitava às hipóteses de lesão ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio cultura, sem especificar o dano moral.

O Código de Defesa do Consumidor sedimentou a tutela efetiva do dano moral coletivo, em seu artigo 110<sup>26</sup>, estendendo a utilização do dispositivo infraconstitucional a qualquer interesse difuso ou coletivo.

#### *2.6.2- ESPÉCIES DO DANO MORAL COLETIVO*

Alguns interesses jurídicos, que possuem pontos congruentes, quer seja pela semelhança, expressão ou finalidade, podem sofrer agregação: ou por opção jurídica que venha a uni-los, ou em virtude de uma organização autônoma traduzida por ente representativo, de vida autônoma, como se verifica as associações e sindicatos.

A titularidade de tal interesse, não se apresenta como exclusividade de ninguém, mas de todo coletivo formado por esses cidadãos. Ou seja, constituem ``síntese, antes que mera soma``<sup>27</sup> de vários interesses individuais, demonstrando um anseio coletivo, globalmente determináveis ou determinados, integrantes de classe ou categoria.

Dessa forma, eis as seguintes características dos interesses coletivos:

- a) Transindividualidade, vez que se manifesta como força matriz do direito reconhecido de uma dada coletividade.

---

<sup>24</sup> BRASIL. Artigo 129 da Constituição (1988). Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:(...) III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

<sup>25</sup> BRASIL. Artigo 1 da Lei 7347/ 85.

<sup>26</sup> BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Artigo 110. Acrescente-se o seguinte inciso IV ao art. 1º da Lei nº 7.347 , de 24 de julho de 1985: IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

<sup>27</sup> MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Popular: proteção do erário, do patrimônio público; da moralidade administrativa e do meio ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

- b) Existência de um vínculo associativo, relação jurídica básica entre seus integrantes.
- c) Indivisibilidade de interesses, não podendo fracioná-lo em partes ou entre os indivíduos integrantes de certa coletividade.

Dessa forma, no plano consumerista, o Código de Defesa do Consumidor traz em seu artigo 81, parágrafo único, inciso II<sup>28</sup>, a melhor definição:

**Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.**

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:  
(...)

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

É certo que a Lei 8.078/90 inseriu no âmbito da proteção coletiva uma nova categoria de interesses: direitos individuais homogêneos, conceituados como decorrentes da mesma origem. De fato, diferem em alguns pontos dos direitos coletivos, senão vejamos:

- a) Englobam série de indivíduos atingidos homogeneamente por lesão ou ameaça de dano, a priori encontrando-se dispersos, porém passíveis de reconhecimento em momento posterior.
- b) São interesses divisíveis em relação aos sujeitos.
- c) Não possuem relação jurídica entre os indivíduos: dá-se unicamente pela origem comum em razão dos interesses decorrentes do mesmo fato jurídico.

---

<sup>28</sup> BRASIL.Código de Defesa do Consumidor.art 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

Dessa forma, Ada Pellegrini Grinover<sup>29</sup> ao cotejar as espécies do direitos coletivos, pontua que a principal diferença entre eles é o elemento subjetivo, porquanto nos interesses difusos inexistiria qualquer vínculo jurídico que ligue os membros do grupo entre si ou com a parte contrária, de maneira que os titulares são indetermináveis, unidos apenas pela circunstância de fato. Por outro lado, os interesses coletivos, em contrassenso, tem-se um grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas por uma relação jurídica base instituída entre elas, como se observa nas associações e organizações.

## 2.7- DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA E DA PROVA

Uma vez caracterizado o dano moral coletivo, o ofensor deve responder pela reparação, independentemente da configuração de culpa, incidindo a responsabilidade objetiva. O dever de reparar deriva do próprio fato transgressor de direito, premissa mor que se revela como expressão da teoria da responsabilidade objetiva.

Ou seja, a percepção do dano gerado ao núcleo coletivo e a observação da conduta injusta ensejam que se assegure a reparação devida, irrelevante ser a demonstração de culpa do agente ofensor.

No conteúdo probatório, o dano moral coletivo é observado *in re ipsa*, ou seja, faz-se perceptível em virtude do ilícito perpetrado, independentemente de prova. Na verdade, o dano é evidenciado pelo próprio fato da violação, este sim, passível de comprovação.

A certeza do dano emerge objetiva e diretamente do evento causador (*ipso facto*). Ou seja, não se pode provar eventuais efeitos da violação (aspectos imateriais, como segurança, transtorno ou abalo coletivo), uma vez que estes são consequências

---

<sup>29</sup> Direitos e interesses individuais homogêneos : ``a origem comum`` e a complexidade da causa de pedir.Implicações na legitimidade *ad causam* ativa e no interesse de agir do Ministério Público. In: Revista Faculdade de Direito PUC/SP, n 1, ano 1, p. 108-109.

que tem realidade apreendida do senso comum, entendimento seguido pela jurisprudência do STJ<sup>30</sup>.

É dizer: a ofensa a direitos transindividuais se traduz objetivamente na lesão do intolerável à ordem jurídica, que é patrimônio jurídico de toda coletividade, de modo que sua configuração é independente de quaisquer componentes da coletividade ou da averiguação de um sentimento coletivo de despreço ou repulsa.

A responsabilidade do infrator mais se evidencia nas hipóteses de configuração de condutas de teor discriminatório, abusivo ou fraudulento, como se observa nas seguintes situações:

- a) na seara trabalhista, na exploração de trabalho infantil, trabalho escravo ou forçado, terceirização ilegal, desrespeito às normas do meio ambiente de trabalho, violação dos princípios da moralidade, impessoalidade e improbidade nas relações laborais.
- b) na seara consumerista na comercialização de produto prejudicial à saúde, a veiculação de propaganda enganosa, controle e manipulação indevida de produtos, oferecimento de prestação defeituosa e irregular de serviços.

### **3- DESTINO DA VERBA PROVENIENTE DO DANO MORAL COLETIVO NA SEARA TRABALHISTA E CONSUMERISTA**

#### **3.1- DANO MORAL COLETIVO NO DIREITO DO TRABALHO**

---

<sup>30</sup>BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp 196 024-MG, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha.(...) Na concepção moderna de reparação do dano moral prevalece a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto.

O Tribunal Superior do Trabalho<sup>31</sup> também segue o entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que em se tratando de danos morais, a única prova que deve ser produzida é a do ato ilícito, se presentes os pressupostos legais para a caracterização da responsabilidade civil, quais sejam a culpa e o nexo de causalidade, tendo em vista que tal dano se constitui essencialmente ofensa à dignidade humana.

A lei 7.347/85 explicita, em seu art.13, que nas ações civis públicas, havendo indenização em dinheiro, tal valor será revertido a um fundo federal ou estadual do qual necessariamente participam o Ministério Público e os representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. Ocorre que, apesar de teoricamente fundamentada, na seara trabalhista não teve aplicação prática, em virtude da demora na criação de tais Fundos. Dessa forma, a Justiça do Trabalho tem como praxe destinar a verba proveniente dessas condenações para o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O entendimento majoritário dos doutrinadores é que o sindicato não seria o titular do direito, sendo apenas o ente legitimado por lei, de forma concorrente com outros, a defender os direitos coletivos e, para isso, recebe incentivos do governo para garantir a eficácia da força que lhe foi concedida pela Constituição.

Neste descortino, não se justifica o argumento de que os sindicatos necessitariam de tais valores para patrocinar as fiscalizações a serem realizadas nas empresas, já que essa é uma das suas funções infraconstitucionais, para qual já possui diversas fontes de receita.

Em suma: a doutrina ainda compreende que as ações coletivas não têm como finalidade o custeio da manutenção das funções dos seus autores, já que cada ente co-legitimado possui fontes de receita própria para que possam defender os interesses dos seus representados.

Data vênia o entendimento acima esposado, não comungamos com tal concepção, senão vejamos.

---

<sup>31</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. RR 9891800-65.2004.5.09.0014, 5 T, Rel Min Emanuel Pereira.

### 3.2- INADEQUAÇÃO DA DESTINAÇÃO AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

Como já citado anteriormente, as condenações em pecúnia arbitradas em virtude de dano moral coletivo têm como destino os Fundos federais e estaduais, que visam a reconstituição dos bens feridos pela ação.

Na área trabalhista, além do destino desses valores, vão também para o Fundo de Amparo ao Trabalhador as multas decorrentes do não cumprimento dos Termos de Ajuste de Conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.

Em 1995, foi fundado o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, que tinha como objetivo a reparação dos danos causados ao consumidor, meio ambiente, direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico.

Dessa forma, a finalidade do Fundo destoa do direito trabalhista, mostrando-se ineficaz para a destinação desses recursos, visto que não tem a presença obrigatória do *parquet* do Trabalho nem tampouco visa reparar diretamente o dano ao seu titular.

Na verdade, o FAT é definido como um fundo de natureza financeira, destinado a custear Programas Federais, como Seguro Desemprego, projetos de desenvolvimento econômico. Além disso, o fundo é vinculado ao Ministério do Trabalho e tem caráter contábil. Ou seja, não consta em nenhum de seus objetivos delineados na norma a reparação dos danos eminentemente trabalhistas.

Para piorar, o BNDS recebe 40 % das verbas do FAT para fomentar programas direcionados ao desenvolvimento econômico e em nenhum dos projetos instituídos pelo FAT é exigido seguir a legislação trabalhista. Ou seja, não há distinção entre as empresas que violam ou não a norma trabalhista, o que no pensamento de Marcos Antonio Ferreira Almeida, gera uma contradição, já que possibilita o financiamento oficial das práticas repelidas pelas ações coletivas que deram origem àqueles recursos. Sobre o tema, assevera o aludido autor<sup>32</sup>:

Desta forma, podemos chegar a uma fácil conclusão: Não temos o fundo da lei. Bem verdade que o parágrafo único<sup>33</sup> do art. 13 da Lei da Ação Civil Pública

---

<sup>32</sup> CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Transação na Ação Civil Pública e na execução do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e a reconstituição dos bens lesados. Revista do Ministério Público Do Trabalho, v. 17, n. 33, mar, 2007.

<sup>33</sup> BRASIL. Lei nº 12.288/2010, a qual incluiu o parágrafo segundo no art. 13 da Lei 7347/1985.

dá uma alternativa até a criação do fundo previsto: a existência de uma conta corrente remunerada, na qual seriam depositados os valores oriundos das ações coletivas. Deve ser lembrado que já há anteprojeto na Procuradoria-Geral do Trabalho para a criação de Fundo decorrente da tutela coletiva realizada pelo Ministério Público do Trabalho, aprovado pelo Colégio de Procuradores do *parquet laboral*. Desta forma, à primeira vista, até a espera da criação do fundo previsto na lei, somente haveria a alternativa de se realizar o depósito da indenização em conta corrente. Entretanto, essa pode não ser a interpretação mais justa.

Destarte, o FAT é composto, sobretudo, por dinheiro da decorrente tributação imposta a empresas. Em 2012, consoante apêndice, o fundo somou 37,4 bilhões de reais. Deste valor, a maior fatia do FAT é destinada ao pagamento do seguro-desemprego, razão pela qual destoa completamente de sua função reparatória dos danos.

### 3.3-EFICÁCIA

Como já exposto, o Fundo de Amparo ao Trabalhador é um fundo contábil (não constitui imobilizado), atrelado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Dessa forma, para além da verba proveniente das condenações em dano moral coletivo, o FAT recebe recursos advindos das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep, além de receitas decorrentes das aplicações financeiras. Tais recursos têm como finalidade o financiamento de programas de desenvolvimento econômico efetuados pelo BNDES.

Ou seja, o Fundo de Amparo ao Trabalhador tem como destinatários trabalhadores (no caráter genérico da semântica), alocando os recursos em programas que os favorecem indiretamente. Neste sentido, aquele reduto de empregados que sofreram o dano moral, nesta feita representados pelos seus sindicatos e associações não se beneficiariam de forma concreta pelo dano sofrido.

Na verdade, os recursos oriundos da indenização de dano moral coletivo deveriam ser destinados diretamente à comunidade lesada, já que o objetivo da lei é reparar o dano social. Ou, se for o caso, destinar a projetos vinculados com a causa

específica, para que se destine diretamente para os bens agredidos (materiais ou imateriais).

Neste sentido, existe em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 5.139/2009, que disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos, e individuais homogêneos e das outras providências. Em seu artigo 46 (caput e parágrafos), a proposta é enfática ao expressar sobre o destino da pecúnia, senão vejamos:

Art. 46. Havendo condenação em pecúnia, inclusive decorrente de dano moral coletivo, originária de ação relacionada com interesses ou direitos difusos e coletivos, a quantia será depositada em juízo, devendo ser aplicada na recuperação específica dos bens lesados ou em favor da comunidade afetada.

§ 1º O legitimado coletivo, com a fiscalização do Ministério Público, deverá adotar as providências para a utilização do valor depositado judicialmente, inclusive podendo postular a contratação de terceiros ou o auxílio do Poder Público do local onde ocorreu o dano.

§ 2º Na definição da aplicação da verba referida no caput, serão ouvidos em audiência pública, sempre que possível, os membros da comunidade afetada.

É notório que a eficácia do FAT se reduz bastante, já que as verbas lá existentes são repassadas de forma aleatória, independentemente se atingirão à comunidade lesada. Ora, se diversos empregados de uma empresa forem alvo de demissão involuntária, ou então se a própria empresa não fornecer as condições mínimas de segurança para o labor, não seria essa coletividade específica atingida? De que adianta repassar a verba para o FAT, se não teremos a certeza de que haverá um benefício para essa coletividade?

Ademais, *mutatis mutantis*, existe ainda a previsão infra-constitucional na Lei 5584/70, que trata do processo trabalhista, que aborda o destino da verba dos honorários advocatícios em caso de Sindicato assistente, senão vejamos:



Art 16. Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente.

Finalmente, cumpre salientar que já existe o enunciado 12<sup>34</sup>, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, que reitera o entendimento acima esposado, no sentido de direcionar o valor pecuniário do dano moral coletivo para as comunidades lesadas. Dessa forma, em acordo recente homologado no TST, referente ao processo ARR 22200-28.2007.5.15.0126, em ação de danos morais coletivos, ficou firmado que parte do dinheiro deveria ser destinado a pessoas jurídicas, de reconhecido saber, que serão indicados pelo Ministério Público, o que já mostra uma evolução na efetiva concretização dos direitos.

### 3.4- DANO MORAL COLETIVO NO DIREITO DO CONSUMIDOR E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

A priori, cumpre lembrar que o artigo 1º da Lei de Ação Civil Pública refere-se às ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados a qualquer interesse ou direito difuso ou coletivo. Ademais, o seu artigo 13 dispõe que nas ações civis públicas, havendo indenização em dinheiro, tal valor será revertido a um fundo federal ou estadual do qual necessariamente participam o Ministério Público e os representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

Na verdade, a criação de tais fundos representou caminho mais viável no rol dos direitos transindividuais, tendo em vista a indivisibilidade do interesse atingido, a titularização reconhecida a certa coletividade e a indeterminação das pessoas dela

---

<sup>34</sup> 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho- Enunciado 12- AÇÕES CIVIS PÚBLICAS. TRABALHO ESCRAVO. REVERSÃO DA CONDENAÇÃO ÀS COMUNIDADES LESADAS. Ações civis públicas em que se discute o tema do trabalho escravo. Existência de espaço para que o magistrado reverta os montantes condenatórios às comunidades diretamente lesadas, por via de benfeitorias sociais tais como a construção de escolas, postos de saúde e áreas de lazer. Prática que não malfere o artigo 13 da Lei 7.347/85, que deve ser interpretado à luz dos princípios constitucionais fundamentais, de modo a viabilizar a promoção de políticas públicas de inclusão dos que estão à margem, que sejam capazes de romper o círculo vicioso de alienação e opressão que conduz o trabalhador brasileiro a conviver com a mácula do labor degradante. Possibilidade de edificação de uma Justiça do Trabalho ainda mais democrática e despida de dogmas, na qual a responsabilidade para com a construção da sociedade livre, justa e solidária delineada na Constituição seja um compromisso palpável e inarredável.

integrantes, aspectos que traduzem supostamente a reparação direta em favor dos membros da respectiva coletividade.

Neste sentido, o legislador elaborou norma infra-constitucional para, quando a decisão impuser condenação em pecúnia – caso de aplicação de multa diária ou condenação final em dinheiro – esses recursos deverão ser revertidos a um Fundo gerido por um Conselho do qual participam, obrigatoriamente, o Ministério Público e representantes da comunidade, tendo como diretriz uma finalidade social específica: permitir a efetiva reconstituição dos bens lesados, verdadeira *restitutio in integrum*.

Historicamente na esfera federal o *Fundo* de Defesa de Direitos Difusos foi regulamentado pelo Decreto 92.302, de 16.01.1986, com as alterações trazidas pelo Decreto 96.617, de 31.08.1988. Ambos foram revogados pelo Decreto 407, de 27.12.1991, que, por sua vez, foi revogado pelo Decreto 1.306, de 09.11.1994, hoje em vigor.

Ato contínuo foi editada a Lei 9.008, de 21.03.1995, que, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, criou o Conselho Federal de que trata o art. 13 da Lei 7.347/1985, e consolidou regras quanto à finalidade do Fundo, à formação de seus recursos e sua respectiva aplicação.

Na esfera estadual, alguns Estados fundaram seus respectivos Fundos Estaduais, como é o caso dos Estados do Acre, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (este último disciplinado pelo Dec. Estadual 27.070, de 08.06.1987 e pela Lei Estadual 6.536, de 13.11.1989).

Dessa forma, nos termos da outrora citada Lei 9.008/1995, o patrimônio do *Fundo de Defesa de Direitos Difusos* é composto pelas receitas provenientes (i) das condenações judiciais decorrentes de danos irreparáveis causados a direitos coletivos ou difusos; (ii) das multas e indenizações decorrentes da violação aos interesses não individuais dos consumidores e portadores de deficiência; (iii) das multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica; (iv) dos rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos do Fundo; (v) de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras; e (vi) de outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

É certo que as receitas do Fundo podem, da mesma forma, serem integradas por rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, transferências orçamentárias, doações, incentivos fiscais, utilizadas, em tese, no próprio local onde o dano ocorreu ou possa vir a ocorrer.

Além desses casos, podem ainda ser destinados ao Fundo os recursos decorrentes de condenação pecuniária por dano irreparável determinada no âmbito de Ação Popular, assim como aqueles recursos provenientes de execução de Compromissos de Ajustamento não cumpridos.

Dessa forma, como se observa no demonstrativo em anexo, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos arrecadou no final de 2012 o valor de R\$: 57.012.619,56 (cinquenta e sete milhões, doze mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos), montante referente às condenações judiciais das espécies ambiental e consumerista.

Ou seja, diante do destino difuso da verba, fica incompreensível que a comunidade lesada não seja beneficiada diretamente pelo dano causado a si. Comunga da mesma opinião o então diretor do Fundo de Reparação de Danos em São Paulo, Ronaldo Porto Macedo Júnior, que afirmou ser notória a inoperância do Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados do Estado de São Paulo, além de reiterar que a verba destinada pelo Fundo ainda não têm gerado os efeitos que deles se esperou no momento em que foram concebidos e constituídos.

Para corroborar com essa tese, basta observar que o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa De Direitos Difusos, atrelado ao Ministério da Justiça, seleciona por meio de edital<sup>35</sup> projetos das áreas de meio ambiente, proteção e defesa do consumidor e promoção e defesa da concorrência, patrimônio cultural brasileiro e outros direitos difusos e coletivos. Neste edital, poderão receber recursos do CFDD pessoas jurídicas de direito público das esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal e as entidades civis sem fins lucrativos. Os projetos selecionados receberão apoio financeiro de R\$ 100 mil a R\$ 443,7 mil.

Pode-se observar que alguns projetos já estão em curso, como a Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor -DECCON/PE, Movimento das Donas de Casa e

---

<sup>35</sup> BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 28 DE 03 DE ABRIL DE 2012- Dispõe sobre a apresentação de carta-consulta e trâmite de procedimento administrativo do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos e dá outras providências.

Consumidores do Estado de Goiás/GO ,Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais/MG, Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor – FNECDC/PE, dentre outros.

Ocorre que o cerne da questão não se refere a real necessidade de tais projetos, ou até mesmo sua importância ou eficácia na sociedade. Mas sim na real reparação dos danos causados ao rol de cidadãos que sofreram os abusos.

Recentemente uma grande empresa foi condenada por danos morais por não fornecer serviço de água de qualidade para uma determinada comunidade. No contexto fático, restou comprovado a desídia da empresa em não prestar serviço eficiente, ficando sem água toda a comunidade por mais de 7 dias, além de não ter recebido a devida assistência, como a presença de carros pipa distribuição de e água potável. Desta forma, a pecúnia referente à condenação de danos morais foi integralmente encaminhada aos Fundos em comento.

Neste sentido, ao destinar ao Fundo, a comunidade prejudicada não recebeu nenhum benefício direto, ou seja, a verba destinada a reparar aquele rol de prejudicados em nada os beneficiou.

Podemos citar ainda o recente julgado do STJ, Recurso Especial nº 1.291.213 - SC<sup>36</sup> que condenou em danos morais a empresa de telefonia, destinando R\$ 200.000,00 reais para o Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina. No presente caso, o acórdão afirmou que é direito básico do consumidor o acesso às informações exatas sobre os serviços que está adquirindo. Restou plenamente comprovado no caso, por meio das diversas reclamações registradas nos órgãos de

---

<sup>36</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. RECURSO ESPECIAL Nº 1.291.213 - SC (2011/0269509-0), Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Relator Min Sidney Benetti. Ementa: RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EMPRESA DE TELEFONIA - PLANO DE ADESÃO - LIG MIX - OMISSÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES AOS CONSUMIDORES - DANO MORAL COLETIVO - RECONHECIMENTO - ARTIGO 6º, VI, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA DESTA CORTE - OFENSA AOS DIREITOS ECONÔMICOS E MORAIS DOS CONSUMIDORES CONFIGURADA - DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO JULGADO NO TOCANTE AOS DANOS MATERIAIS E MORAIS INDIVIDUAIS MEDIANTE REPOSIÇÃO DIRETA NAS CONTAS TELEFÔNICAS FUTURAS - DESNECESSÁRIOS PROCESSOS JUDICIAIS DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL - CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS DIFUSOS, IGUALMENTE CONFIGURADOS, MEDIANTE DEPÓSITO NO FUNDO ESTADUAL ADEQUADO.

proteção ao consumidor, que a empresa, ao divulgar o plano de telefonia, deixou de salientar que os consumidores teriam limitações nos serviços.

Pergunta-se: será que o destino para o Fundo reparará diretamente esses consumidores lesados? Será que a elaboração de editais de licitação para projetos, dos mais variados temas, que receberão verbas dos Fundos têm a eficácia para minimizar e evitar possíveis novos danos? Não seria melhor que a comunidade lesada pudesse gerir essa verba?

Os doutrinadores afirmam que a possibilidade mais coerente é ser revertida a entidade pública ou privada, sem fins lucrativos e de reconhecido valor social, que atua para própria sociedade. Por outro lado, acreditamos existir alternativas mais eficazes, senão vejamos.

A primeira, ao postular a ação civil pública, pode-se colocar o endereçamento do valor da condenação em proveito da própria coletividade ou da comunidade à qual se integre, para atender a determinada finalidade que guarde pertinência temática aos interesses lesados. Basta observar que os próprios sindicatos e associações (aquelas que possuem previsão regimental) possuem natureza jurídica e legitimidade para gerir tal verba, assim como fazem normalmente.

A segunda poderia ser acordada, em audiência de conciliação, qual o direcionamento específico da verba para as comunidades ofendidas, vinculando de imediato o benefício aos ofendidos.

.Portanto, o destino da verba, poderá ter dois caminhos: a) ser encaminhado para projetos que possuam pertinência temática com os bens ofendidos (por exemplo, no caso de trabalho escravo, o dano moral poderá ser revertido para aquela comunidade específica através de projetos destinados para aquele rol de pessoas vilipendiadas) ou b) as associações e sindicatos que propuseram as ações, gerir de forma imparcial tal verba, destinando de forma transparente os recursos para as comunidades lesadas. Ademais, ambas as soluções deverão ter como premissa a maior eficácia para reparar o rol de pessoas que tiveram bens vilipendiados, quer seja na esfera patrimonial, quer seja na esfera moral.

## 4-CONCLUSÃO

A presente monografia mostrou preliminarmente que o surgimento dos direitos difusos ou coletivos foi proveniente das manifestações vanguardistas norte americanas que surgiram no século XX. No Brasil, na década de 50, eclodiram movimentos sociais que nunca tiveram tradição histórica de confrontação; desta forma, os interesses coletivos e difusos passaram a compor o rol de direitos fundamentais.

Ato contínuo salientou-se as diferentes espécies do direito coletivo (em gênero), detalhando cada uma delas, a saber: interesses difusos, coletivos *strictu sensu* e individuais homogêneos.

Logo em seguida, foi feita a distinção entre dano patrimonial e dano moral. O primeiro, refere-se ao dano referente aos interesses relativos a bens que necessitam reposição, reparação ou equivalência econômica, alcançada através da indenização em pecúnia. Já o segundo, caracteriza-se pelo objeto da lesão não ser passível de quantificação econômica diante da impossibilidade de traduzir dano como pecúnia.

Além disso, explicamos que os doutrinadores contemporâneos observam uma tendência no sentido de erradicar o subjetivismo do campo do dano extrapatrimonial, de forma que este elemento deve ser superado, já que o dano moral deve ser referente àquele dano que não seja de índole patrimonial.

Restaram demonstrado também alguns critérios utilizados pelos magistrados para fixação da indenização por danos morais, como a equidade, bom senso e razoabilidade, além da real extensão do dano, as condições sócio-econômicas e culturais dos envolvidos, as condições psicológicas das partes e o grau de culpa do agente.

Ainda neste tema, explicamos o *fenômeno da banalização do dano moral*, que, para alguns doutrinadores, transformou-se numa verdadeira indústria, com inúmeras formulações de pedidos sem propósito, o sobrecarregando o sistema judiciário. Por outro lado, observamos que muitos magistrados se baseiam nas peculiaridades de cada caso, deixando de lado a premissa mor proveniente da psicologia do Direito: o juiz deve se colocar no lugar do ofendido e do ofensor, para que se tenha real dimensão do dano ocorrido.

Abordamos também que no sistema jurídico brasileiro, rege-se o princípio geral da vedação do enriquecimento sem causa, utilizado como basilar fundamento para afastar a aplicação dos danos punitivos. Salientamos que tal medida deve ser mitigada em virtude das características básicas das empresas brasileiras fornecedores de serviço, qual seja: ineficiência, descaso e humilhação do cidadão.

Destarte, após uma breve explanação sobre dano moral coletivo, sua evolução e aplicação no Brasil, observamos que nas ações civis públicas que versam sobre direitos coletivos trabalhistas e difusos, tais condenações têm sido revertidas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, por aplicação subsidiária do art.13 da LACP.

Como se observou, o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos aplica sua verba em projetos de variadas temáticas. Entretanto, ao destinar a verba para programas selecionados através de editais, sem qualquer pertinência temática com os danos sofridos, o Fundo perde o seu caráter reparador, sobretudo para aqueles que sofreram com o dano.

Por outro lado, em viés diametralmente oposto, o art. 46 e parágrafos do Projeto de Lei 5139, ao detalhar sobre ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos, e individuais homogêneos, dispõem que as condenações em dinheiro, decorrentes de dano moral coletivo, serão depositadas em juízo, devendo ser aplicadas na recuperação específica dos bens lesados ou em favor da comunidade afetada.

Neste sentido, observamos que essa tendência moderna ratifica as ideias tratadas no presente trabalho, no sentido de que a pecúnia na condenação de dano moral coletivo deve ter como destinatário final a classe ou conjunto de pessoas que efetivamente foram vilipendiadas em seus direitos.

Finalmente, concluímos que o destino da verba, ao nosso entender, poderá ter dois caminhos: a) ser encaminhado para projetos que possuam pertinência temática com os bens vilipendiados (por exemplo, no caso de trabalho escravo, o dano moral poderá ser revertido para aquela comunidade específica através de projetos destinados para aquele rol de pessoas vilipendiadas) ou b) as associações e sindicatos que propuseram as ações, gerir de forma imparcial tal verba, destinando de forma transparente os recursos para as comunidades lesadas.



## **ANEXOS**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR - SENACON**  
**FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FDD**

**NOTA**

Relacionamos abaixo os valores recolhidos ao FDD, de acordo com suas finalidades até o dia 31 de dezembro de 2012

**CONDENAÇÕES JUDICIAIS - CÓDIGO 20074-3 REF. 0001**  
**Lei nº 7.347/85, arts 11 e 13**  
**(Meio Ambiente)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
09.01.12	Libra Terminais S. A.	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	7.966,34
09.05.12	Auto Posto do Trabalho Ltda - RJ	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	5.000,00
18.05.12	Genoir de Pieri da Silva	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	1.042,00
27.07.12	Petróleo Brasileiro S A Petrobras	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	1.977,99
27.07.12	Petróleo Brasileiro S A Petrobras	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	3.660,83
10.08.12	Ducoco Alimentos S/A	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	2.000,00
10.08.12	Renato Tyski Zapszalka	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	5.793,70
28.08.12	N.R.M. Participações e Empreendimentos Ltda -	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	25.000,00
11.09.12	Ducoco Alimentos S/A	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	2.000,00
13.09.12	Caixa Econômica Federal	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	92.531,75
11.10.12	Ducoco Alimentos S/A	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	2.000,00
17.10.12	Associação Atlético Banco do Brasil Igarapava	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	1.011,85
25.10.12	Luiz Neto Gomes	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	928,00
14.11.12	Lígia Garcia Moreno de Oliveira	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	6.120,88
29.11.12	L.T. de Souza	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	500,00
27.12.12	Caixa Econômica Federal	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	43.550,38
27.12.12	Caixa Econômica Federal	Meio ambiente - art. 11 e 13 da Lei 7.347/85	478.487,48
<b>TOTAL</b>			<b>679.571,20</b>

**CONDENAÇÕES JUDICIAIS - CÓDIGO 20074-3 REF. 0002**  
**Lei nº 7.347/85, arts 11 e 13**  
**(Consumidor)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
31.01.12	Brasil Telecom S/A	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	7.899,65
11.04.12	Banco Itaúcard S.A.	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	63.934,06
24.04.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
24.04.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
30.04.12	Auto Posto Avenida Ltda	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	13.239,45
21.05.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
21.05.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
08.06.12	Auto Posto do Trabalho Ltda - RJ	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	5.000,00
22.06.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
22.06.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
23.07.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
23.07.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
23.08.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
23.08.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
03.10.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
19.10.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
23.10.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
23.10.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
05.11.12	Brasil Telecom S/A	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	1.633.412,00
23.11.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
23.11.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
05.12.12	Wellington Silva dos Santos	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
07.12.12	Banco Santander (Brasil) S.A.	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	80.000,00
13.12.12	OI S.A.	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	757.756,37
21.12.12	Jonathas de Oliveira Batista	Consumidor - art. 11 e 13 da Lei nº 7.347/85	300,00
<b>TOTAL</b>			<b>2.566.641,53</b>

**CONDENAÇÕES JUDICIAIS - CÓDIGO 20074-3 REF. 0003**  
**Lei nº 7.347/85, arts 11 e 13**  
**(Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
16.01.12	Alvaro José de Oliveira Teixeira	Bens e Direitos de valor artístico, estético ...	1.000,00
02.03.12	Alvaro José de Oliveira Teixeira	Bens e Direitos de valor artístico, estético ...	1.000,00
09.05.12	Alvaro Jose de Oliveira Teixeira	Bens e Direitos de valor artístico, estético ...	1.000,00
09.07.12	Auto Posto do Trabalho Ltda - RJ	Bens e Direitos de valor artístico, estético ...	5.000,00
11.09.12	Gilberto Vieira Dalves	Bens e Direitos de valor artístico, estético ...	500,00
26.10.12	Gilberto Vieira Dalves	Bens e Direitos de valor artístico, estético ...	500,00
<b>TOTAL</b>			<b>9.000,00</b>

## CONDENAÇÕES JUDICIAIS - CODIGO 20074-3 REF. 0004

Lei nº 7.347/85, arts 11 e 13

(qualquer outro interesse difuso ou coletivo)

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
05.01.12	Telefônica Brasil S.A.	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	63.980,01
06.01.12	Geraldo Lopes da Silva	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
13.01.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
13.01.12	Uniserv - União de Serviços Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.331,11
16.01.12	Raio de Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
17.01.12	Companhia de Telecomunicações do Brasil Cent	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	10.470,47
18.01.12	R. G. Transportes, Comércio e Construções Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	833,34
19.01.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
25.01.12	R. G. Transportes, Comércio e Construções Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	833,34
26.01.12	Retibras Retifica de Motores Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
26.01.12	F.C. Felipe Comércio de Roupas em Geral Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.339,30
30.01.12	Justiça Federal de 1º Grau - RS	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	155.230,75
31.01.12	Calsing Comércio e Serviços Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.000,00
09.02.12	Condominio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
14.02.12	Terraplenagem Lagoas dos Freitas Ltda ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.950,00
14.02.12	Raio de Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
15.02.12	Francisco Helfer	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	215,00
17.02.12	Transporte e Turismo Machado Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.200,00
17.02.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
23.02.12	Retibras Retifica de Motores Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
23.02.12	José Ariosvaldo Dias Vicente	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	4.497,64
24.02.12	Petróleo Brasileiro S A Petrobras	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.940,65
27.02.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
27.02.12	Comfloresta Cia Cat. De Empr. Florestais	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	14.928,75
27.02.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
28.02.12	Milton Sant Angelo de Souza	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	19.639,50
29.02.12	Sulfor Vigilância e Segurança Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
02.03.12	Baggio e Prates Consorcios LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	4.264,19
06.03.12	R. G. Transportes, Comércio e Construções LTD	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	833,34
08.03.12	R. G. Transportes, Comércio e Construções LTD	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	833,34
09.03.12	Condominio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
12.03.12	UNISERV - União de Serviços LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.333,82
12.03.12	UNISERV - União de Serviços LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.360,64
12.03.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
13.03.12	Alfonso Silvestre Neto	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	10.480,77
14.03.12	Raio de Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
19.03.12	M D Serviços de Segurança LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	10.997,34
19.03.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
19.03.12	Teraplenagem Lagoa dos Freitas Ltda ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.950,00
20.03.12	Transporte e Turismo Machado LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.200,00
21.03.12	Raimundo Andrade Moraes	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.180,46
23.03.12	Agencia Nacional de Vigilância Sanitaria	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.952,55
26.03.12	RETIBRAS Retifica de Motores LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
30.03.12	Justiça Federal de 1º Grau - PE	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.655,65
30.03.12	SULFOR Vigilância e Segurança LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
03.04.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
03.04.12	Ginásio Manuel Pereira Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.367,56
04.04.12	Batia Zamlung	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.015,19
04.04.12	André Dias de Oliveira Fernandes	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.234,33
04.04.12	Procuradoria Refional do Trabalho 4ª Região - R	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.988,33
09.04.12	Pronto Socorro Cardiológico Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	945,53
09.04.12	Condominio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
10.04.12	Paratti Serviços Automotivos Ltda - ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
11.04.12	Retibras Retifica de Motores Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
12.04.12	Petróleo Brasileiro S A Petrobras	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	277.443,53
16.04.12	Raio de Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
18.04.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
18.04.12	Conselho Regional de Educação Física - Região	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	50,13
18.04.12	Ordem dos Advogados do Brasil Seccão do Cear	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	101,70
19.04.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
20.04.12	Petróleo Brasileiro S A Petrobras	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	33.683,91
23.04.12	SA O Norte	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.846,01
24.04.12	Drogaria São Paulo S.A.	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	348.358,69
24.04.12	Esdras Magalhães dos Santos Filho	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	132.815,30
25.04.12	Antonio Silva de São José	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.220,39
25.04.12	Antônio Costa Cruz	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	210,00
25.04.12	Antônio Costa Cruz	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	210,00
30.04.12	Sulfor Vigilância e Segurança Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
03.05.12	Nilda Maria dos Santos Andrade	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
04.05.12	Justiça Federal na Paraíba	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	4.935,49
07.05.12	Sind. Dos Empregados no Comércio de Duque d	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	11.123,46
07.05.12	Reis Engenharia de Obras Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	363.833,29
09.05.12	Condominio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
09.05.12	Sociedade de Proteção e Assist. a Infância Joaq	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	4.641,21
15.05.12	Raio de Sol - Centro Geriátrico de Assistencia e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
10.05.12	Pratti Serviços Automotivos Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
11.05.12	Justiça Federal Rio Grande do Sul - 4ª Região	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.114,97
11.05.12	Teva Farmaceutica Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	97.899,62

17.05.12	TECON Tecnologia em Construções Ltda - SP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.668,58
17.05.12	TECON Tecnologia em Construções Ltda - SP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	33.764,15
17.05.12	TECON Tecnologia em Construções Ltda - SP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	49,58
18.05.12	Sind. Dos Trabalhadores nas Industrias de Calça	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
18.05.12	Sind. Dos Trabalhadores nas Industrias de Calça	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
18.05.12	Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	97.899,63
19.05.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
22.05.12	Orleir Messias Cameli	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	386.553,03
22.05.12	Orleir Messias Cameli	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	583.614,33
22.05.12	Paulo Cesar Raupp dos Santos	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	122,93
24.05.12	Retibras Retifica de Motores Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
24.05.12	Maria Gomes da Silva	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.239,62
29.05.12	Uniserv - União de Serviços Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.374,58
29.05.12	Uniserv - União de Serviços Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.347,42
29.05.12	Laboratorio de Pat. Clinica Dr Ivan Rodrigues de	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	6.945,73
29.05.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	50.000,00
30.05.12	Sulfor Vigilância e Segurança Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
01.06.12	Alpargatas S.A.	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	20.697,84
01.06.12	Sind. dos Empregados no Comércio de Duque d	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.000,00
04.06.12	José Antonio Costa	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	16.131,01
04.06.12	Banco Santander (Brasil) S.A.	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	80.000,00
06.06.12	Condomínio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
11.06.12	Pratti Serviços Automotivos Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
11.06.12	Ducoco Alimentos S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.000,00
15.06.12	Raio do Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
19.06.12	Diego Silveira	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.512,11
19.06.12	Diego Silveira	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	32,59
19.06.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
20.06.12	SK Segurança Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.500,00
21.06.12	Ministério da Fazenda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.436,30
22.06.12	Juarez Ferreira Lima	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	89,19
22.06.12	Juarez Ferreira Lima	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	737,71
25.06.12	Uniserv - União de Serviços Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.344,22
25.06.12	Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	6.379,34
25.06.12	Retibras Retifica de Motores Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
25.06.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.965,63
27.06.12	Emídio Cantídio de Oliveira Filho	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	47.921,32
29.06.12	Carlos do Rego Vilar	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.833,34
29.06.12	Claudio Alustau de Lucena e Melo	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.833,34
29.06.12	SELTEC Vigilancia Especializada LTDA	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	33.357,54
02.07.12	Sulfor Vigilância e Segurança Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
03.07.12	Associação Altética Banco do Brasil Igarapa	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	10.723,97
03.07.12	Sind. dos Empregados no Comércio de Duque d	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.000,00
09.07.12	Condomínio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
10.07.12	Pratti Serviços Automotivos Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
10.07.12	Mercado Fernandi e Luz Ltda ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
11.07.12	Sarpav-Mineradora Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.139.445,60
11.07.12	Ducoco Alimentos S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.000,00
12.07.12	Gilmar Ifrain Rodrigues	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	782,00
16.07.12	Raio do Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
17.07.12	Atacadão dos Eletrodomésticos do Nordeste Ltd	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	31.849,98
17.07.12	Juarez Ferreira Lima	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	311,97
18.07.12	Pesqueira Oceanica Limitada	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,33
19.07.12	Unimed de Joinville Cooperativa de Trabalho Me	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	94.042,08
19.07.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
23.07.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
27.07.12	Retibras Retifica de Motores Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
27.07.12	Safe Estacionamentos & Garagens de Veículos -	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.000,00
27.07.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.965,63
02.08.12	Edesio Schuelter	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	255,80
08.08.12	Uniserv - União de Serviços Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.355,83
08.08.12	Noredeste Serviços Médicos Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.297,47
09.08.12	Condominio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
09.08.12	Sind. dos Empregados no Comércio de Duque d	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.000,00
10.08.12	Pratti Serviços Automotivos Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
10.08.12	Mercado Fernandi e Luz Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
13.08.12	Drogaria Onofre Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	235.307,24
13.08.12	Neocorp Consultoria Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
15.08.12	Raio do Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
17.08.12	Pesqueira Oceanica Limitada	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,64
20.08.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
20.08.12	Beatriz Muller Elesbão	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,00
20.08.12	Beatriz Muller Elesbão	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,00
21.08.12	Procuradoria Reg. Do Trabalho 4ª Região - RS	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	751,44
21.08.12	Associação Beneficente Promocional - Moviment	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.035,67
21.08.12	Depto de Assistência e Cultura Assembléia de D	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.218,82
22.08.12	Retibras Retifica de Motores Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
23.08.12	Telemar Norte Leste S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	58.303,54
24.08.12	A Samaritana Lanches Epitacio Ltda - ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.040,72
24.08.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
27.08.12	João Luiz Sbampato de Resende	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.071,12
29.08.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.965,63
30.08.12	Companhia Riograndense de Saneamento Corsa	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	37.641,95
30.08.12	Miriam Ferenzena Attolini	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	215,00

05.09.12	Caixa Econômica Federal	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	15.768,01
05.09.12	Caixa Econômica Federal	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
05.09.12	Condominio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
05.09.12	Sind. dos Empregados no Comércio de Duque de Caxias	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.000,00
05.09.12	Raimundo Maior de Oliveira	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	6.570,80
06.09.12	Laurenço Costa Mendes	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	600,00
10.09.12	Fernando da Costa Moreira	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	350,00
10.09.12	Mercado Fernandi e Luz Ltda - ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
11.09.12	Alpargatas S.A.	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	151.205,84
11.09.12	Pratti Serviços Automotivos Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
12.09.12	Transporte e Tursimo Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.336,53
13.09.12	José Anselmo Klein	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	350,00
14.09.12	Bradesco Saúde S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	45.759,33
14.09.12	Raio do Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
17.09.12	José Donizette Bernardino	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	400,00
21.09.12	Beatriz Muller Elesbão	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,00
21.09.12	Beatriz Muller Elesbão	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,00
21.09.12	Beatriz Muller Elesbão	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,00
24.09.12	Pesqueira Oceanica Limitada	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.001,83
25.09.12	Antonio Clidenor Genuino de Medeiros	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,04
26.09.12	Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	4.470,80
28.09.12	Sind. dos Trab nas Indust de Calçados de Cam	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
28.09.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
28.09.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.965,63
01.10.12	Dep. de Gestão do Acervo de Órgãos Extintos	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.292,67
02.10.12	Sind. dos Empregados no Comércio de Duque de Caxias	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.000,00
04.10.12	Crimaq Cristal Máquinas e Equipamentos Ltda -	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	11.779,02
05.10.12	Cerâmica Queiroz S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.506,36
09.10.12	Condominio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
09.10.12	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.064,95
10.10.12	Fernando da Costa Moreira	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	350,00
10.10.12	Pratti Serviços Automotivos Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
10.10.12	Diego Fernandi - ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	500,00
10.10.12	Albino Advogados Associados	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	25.000,00
10.10.12	Albino Advogados Associados	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	25.000,00
15.10.12	Fundação do Meio Ambiente	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	13.591,86
15.10.12	Raio do Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
15.10.12	José Anselmo Klein	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	350,00
16.10.12	Ivanildo José da Rocha	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	300,00
16.10.12	José Francisco Braga Isaías	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,00
17.10.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
22.10.12	Pesqueira Oceanica Limitada	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.001,12
22.10.12	José Donizette Bernardino	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	400,00
25.10.12	Federação Alagoana de Futebol	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	21.532,91
26.10.12	Hidro Jet Equipamentos Hidraulicos Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	31.923,00
26.10.12	Lupatech S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	31.923,00
26.10.12	Neocorp Consultoria Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
26.10.12	Antonio Fernandes Saboia	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	337,60
29.10.12	José Donizette Bernardino	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	400,00
29.10.12	José Donizette Bernardino	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	400,00
29.10.12	José Donizette Bernardino	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	400,00
29.10.12	José Roberto do Amaral	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	2.779,63
29.10.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.965,63
30.10.12	Cooperativa de Controle e Segurança Controlco	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	682,02
05.11.12	Cerâmica Queiroz S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.506,36
07.11.12	Guimomar de Sousa	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	600,00
09.11.12	Pratti Serviços Automotivos Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
12.11.12	Sind. Dos Trabalhadores nas Industrias de Calçados	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	900,00
12.11.12	Fernando da Costa Moreira	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	350,00
12.11.12	Rosa Clelia Araújo dos Santos	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
12.11.12	José Anselmo Klein	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	350,00
13.11.12	José Francisco Braga Isaías	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,00
14.11.12	A Samaritana Lanches Eptácio Ltda - ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	15.057,20
16.11.12	Ivanildo José da Rocha	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	300,00
16.11.12	Juarez Ferreira Lima	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	311,97
16.11.12	Juarez Ferreira Lima	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	311,97
16.11.12	Francisco Pereira Rodrigues	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	180,00
16.11.12	Raio do Sol - Centro Geriátrico de Assistência e	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
19.11.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
19.11.12	Paulo Cezar de Moraes Sobrinho	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
22.11.12	Pesqueira Oceanica Limitada	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.001,49
22.11.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.965,63
26.11.12	QI Escolas e Faculdades Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	59.637,97
29.11.12	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba CAG	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	520.055,03
29.11.12	Mineração J.F. Indústria e Comércio de Pedras L	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
29.11.12	Antonio Fernandes Saboia	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	337,60
29.11.12	Antonio Fernandes Saboia	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	337,60
30.11.12	Fundo Especial do Ministério Público	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	514.898,11
03.12.12	Gilberto José Oliveira	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	461,26
05.12.12	Cerâmica Queiroz S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.506,36
05.12.12	Sogil - Sociedade de Ônibus Gigante Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	110,15
05.12.12	Renner Sayerlack S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	180,39
05.12.12	Instituto de Ortopedia Gravatai Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	4.722,49
05.12.12	Instituto de Ortopedia Gravatai Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	6.265,95
07.12.12	Fernando da Costa Moreira	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	350,00
10.12.12	Posto Belvedere da Taquara Ltda	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.384,00

11.12.12	Paulo Cezar de Moraes Sobrinho	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
12.12.12	Kátia Lobo Garcia Moreno Corrêa	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	39.798,65
12.12.12	José Anselmo Klein	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	350,00
13.12.12	José Francisco Braga Isaías	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	100,00
14.12.12	Olivo Agostinho Calsa	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	7.000,00
14.12.12	Pratti Serviços Automotivos Ltda-ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	200,00
14.12.12	Jornal do Brasil S/A	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	290,54
17.12.12	Caixa Econômica Federal	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.404,06
17.12.12	Francisco Pereira Rodrigues	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	180,00
17.12.12	Raio do Sol - ME	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	750,00
18.12.12	Proson Propaganda Repres Planej e Marketing L	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	21.512,74
18.12.12	Fagorbras Comércio e Locação de Cozinhas Pro	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.004,48
18.12.12	Fagorbras Comércio e Locação de Cozinhas Pro	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.004,48
18.12.12	Fagorbras Comércio e Locação de Cozinhas Pro	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.016,44
18.12.12	Fagorbras Comércio e Locação de Cozinhas Pro	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.016,44
18.12.12	Fagorbras Comércio e Locação de Cozinhas Pro	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	5.022,42
18.12.12	Ivanildo José da Rocha	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	300,00
18.12.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.093,44
19.12.12	Condominio Horizontal Coxilhas de Ibiamon	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.000,00
19.12.12	Franklin Delano Lehner	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	6.220,00
20.12.12	Pesqueira Oceanica Limitada	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	1.001,28
20.12.12	Extrabel Extrativa de Areia Betel Ltda - EPP	Qualquer outro interesse difuso ou coletivo	3.965,63
<b>TOTAL</b>			<b>6.420.152,64</b>

**MULTAS E INDENIZAÇÕES - CÓDIGO 20074-3 REF. 0005**  
**Lei nº 7.853/89**  
**(Portadores de Deficiência)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
12.01.12	Cereais e Merceria Nova aliança do Lote XV Lt	Multas e indenizações - Portadores de deficiência	1.000,00
30.03.12	COMIGUA Comercial Iguaçu de Ferro e Aço LTD	Multas e indenizações - Portadores de deficiência	1.000,00
30.04.12	Dominus Cleannes Limpeza e Portaria Ltda	Multas e indenizações - Portadores de deficiência	5.000,00
30.04.12	Comigua Comercial Iguaçu de Ferro e Aço Ltda	Multas e indenizações - Portadores de deficiência	1.000,00
01.06.12	Dominus Cleannes Limpeza e Portaria Ltda	Multas e indenizações - Portadores de deficiência	5.000,00
25.06.12	Viação Mirante Ltda	Multas e indenizações - Portadores de deficiência	10.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>23.000,00</b>

**MULTAS - CDC - CÓDIGO 20074-3 REF. 006**  
**(Consumidor - art. 57 da Lei 8.078/90 - CDC)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
06.01.12	Sercomtel S/A Telecomunicações	Multas do Código de Defesa do Consumidor	2,00
07.02.12	Fort Lub Indústria, Comércio e Distribuição de Lu	Multas do Código de Defesa do Consumidor	5.000,00
27.04.12	Petrogold Distribuidora de Derivados de Petróleo	Multas do Código de Defesa do Consumidor	20.000,00
31.05.12	Ford Motor Company Brasil Ltda	Multas do Código de Defesa do Consumidor	33.859,05
11.07.12	Itau Seguros S/A	Multas do Código de Defesa do Consumidor	455.111,04
13.07.12	Global Village Telecom Ltda.	Multas do Código de Defesa do Consumidor	52.500,00
25.07.12	Ibama e Funai - Foz do Iguaçu - PR	Multas do Código de Defesa do Consumidor	74.779,05
02.08.12	Caca Montadora de Veículos S. A	Multas do Código de Defesa do Consumidor	490.619,40
20.09.12	Ingrax Indústria e Comércio de Graxas S/A	Multas do Código de Defesa do Consumidor	5.000,00
27.09.12	Posto de Gasolina Maior Ltda	Multas do Código de Defesa do Consumidor	5.000,00
30.11.12	Transit do Brasil S.A.	Multas do Código de Defesa do Consumidor	546,24
04.12.12	Companhia de Telecomunicações do Brasil Cent	Multas do Código de Defesa do Consumidor	54.631,50
05.12.12	Transit do Brasil S.A.	Multas do Código de Defesa do Consumidor	1,45
<b>TOTAL</b>			<b>1.197.049,73</b>

**INDENIZAÇÕES - CDC - CÓDIGO 20074-3 REF. 0007**  
**(Consumidor - art. 100 da Lei 8.078/90 - CDC)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
16.07.12	Global Village Telecom Ltda.	Indenizações do Código de Defesa do Consumidor	3.963,71
<b>TOTAL</b>			<b>3.963,71</b>



**CONDENAÇÕES JUDICIAIS - CÓDIGO 20074-3 REF. 0008**  
**Lei 7.913/89, art 2º, § 2º**  
**(Mercado Imobiliário)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
TOTAL			-

**CONTRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA - CÓDIGO 20074-3 REF. 0009**  
**( Lei nº 8.884/94, art. 53)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
04.01.12	Helio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	1.500,00
05.01.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	93.236,75
17.01.12	Marfrig Alimentos S/A	Infração a ordem econômica	209.049,98
25.01.12	EDP - Energias do Brasil S.A.	Infração a ordem econômica	136.785,51
26.01.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.186,26
26.01.12	Seltec Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	34.575,09
27.01.12	Sendas S/A	Infração a ordem econômica	139.303,06
03.02.12	Silvio Renato Medeiros Pires	Infração a ordem econômica	32.891,57
03.02.12	Empresa Porto Alegrense de Vigilância Ltda	Infração a ordem econômica	164.457,84
03.02.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	94.027,21
03.02.12	Helio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	1.500,00
17.02.12	Marfrig Alimentos S/A	Infração a ordem econômica	82.110,17
23.02.12	Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda	Infração a ordem econômica	16.752.565,05
23.02.12	Antonio Carlos Coelho	Infração a ordem econômica	22.940,35
23.02.12	Mobra Serviços de Vigilância Ltda	Infração a ordem econômica	152.935,62
05.03.12	Helio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	1.500,00
07.03.12	POLITEC Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	94.805,68
08.03.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.230,79
08.03.12	SELTEC Vigilancia Especializada LTDA	Infração a ordem econômica	34.871,97
13.03.12	Joseval Alves Augusto	Infração a ordem econômica	3.845,07
13.03.12	Romildo Loureiro ferreira Leite	Infração a ordem econômica	3.845,07
13.03.12	Sind. Com. Varej. De Derivados de Petroleo no B	Infração a ordem econômica	25.633,77
15.03.12	UNIODONTO Manaus - Cooperativa Odontologica	Infração a ordem econômica	29.176,62
19.03.12	MARFRIG Alimentos S/A	Infração a ordem econômica	82.923,16
04.04.12	Hélio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
04.04.12	Joseval Alves Augusto	Infração a ordem econômica	1.510,27
04.04.12	Romildo Loureiro ferreira Leite	Infração a ordem econômica	1.510,27
04.04.12	Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de	Infração a ordem econômica	10.068,39
04.04.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	168.540,98
10.04.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.003,63
10.04.12	Seltec Vigilancia Especializada LTDA	Infração a ordem econômica	33.357,54
10.04.12	Qualicorp S.A.	Infração a ordem econômica	87.596,71
12.04.12	Uniodonto Manaus - Cooperativa Odontológica L	Infração a ordem econômica	11.459,93
12.04.12	Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Em	Infração a ordem econômica	96.088,23
17.04.12	Silvio Renato Medeiros Pires	Infração a ordem econômica	33.443,68
17.04.12	Empresa Porto Alegrense de Vigilância Ltda	Infração a ordem econômica	167.218,40
18.04.12	Whirlpool S. A	Infração a ordem econômica	8.333.333,33
18.04.12	Marfrig Alimentos S/A	Infração a ordem econômica	83.736,12
23.04.12	Trench, Rossi e Watanabe - Advogados	Infração a ordem econômica	63.846,00
25.04.12	Sind. Com. Varej. De Derivados de Petroleo no B	Infração a ordem econômica	136.405,48
25.04.12	Joseval Alves Augusto	Infração a ordem econômica	20.460,82
25.04.12	Romildo Loureiro Ferreira Leite	Infração a ordem econômica	20.460,82
04.05.11	Romildo Loureiro Ferreira Leite	Infração a ordem econômica	1.525,21
04.05.11	Sind. Do Comercio Varej. De Derivados de Petró	Infração a ordem econômica	10.168,06
04.05.12	Joseval Alves Augusto	Infração a ordem econômica	1.525,21
04.05.12	Helio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
04.05.12	Politec Tecnologia da Informação	Infração a ordem econômica	169.736,15
11.05.12	Antonio Carlos Coelho	Infração a ordem econômica	23.389,97
11.05.12	Mobra Serviços de Vigilância Ltda	Infração a ordem econômica	155.933,06
14.05.12	Uniodonto Manaus - Cooperativa Odontológica L	Infração a ordem econômica	11.573,38
14.05.12	UNIMED Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho	Infração a ordem econômica	212.967,45
16.05.12	BHG A.S. - Brazil Hospitality Group	Infração a ordem econômica	114.393,46
18.05.12	General Eletric do Brasil Ltda	Infração a ordem econômica	98.281,39
18.05.12	Marfrig Alimentos S/A	Infração a ordem econômica	84.549,10
21.05.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.003,63
21.05.12	Seltec - Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	33.357,54
24.05.12	Telemar Norte Leste S/A	Infração a ordem econômica	2.094.292,40

04.06.12	Hélio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
04.06.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	170.997,04
08.06.12	Joseval Alves Augusto	Infração a ordem econômica	1.540,16
08.06.12	Romildo Loureiro Ferreira Leite	Infração a ordem econômica	1.540,16
08.06.12	Sind. do Comercio Varej. de Derivados de Petróleo	Infração a ordem econômica	10.267,75
14.06.12	Uniodonto Manaus - Cooperativa Odontológica Ltda	Infração a ordem econômica	11.686,85
18.06.12	Marfrig Alimentos S/A	Infração a ordem econômica	85.362,07
26.06.12	Air Europa Lineas Aereas Sociedade Anônima	Infração a ordem econômica	63.846,00
28.06.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.003,63
28.06.12	Seltec - Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	33.357,54
29.06.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.003,63
03.07.12	Geo Eventos S.A.	Infração a ordem econômica	323.714,28
04.07.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	172.093,99
04.07.12	Hélio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
05.07.12	Souza Cruz S/A	Infração a ordem econômica	2.935.079,28
12.07.12	Uniodonto Manaus - Cooperativa Odontológica Ltda	Infração a ordem econômica	11.800,31
12.07.12	Joseval Alves Augusto	Infração a ordem econômica	1.555,12
12.07.12	Romildo Loureiro Ferreira Leite	Infração a ordem econômica	1.555,12
12.07.12	Sind. do Comercio Varej. de Derivados de Petróleo	Infração a ordem econômica	10.367,43
17.07.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.003,63
17.07.12	Seltec - Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	33.357,54
19.07.12	Marfrig Alimentos S/A	Infração a ordem econômica	86.175,04
31.07.12	Silvio Renato Medeiros Pires	Infração a ordem econômica	34.032,08
31.07.12	Empresa Porto Alegre de Vigilância Ltda	Infração a ordem econômica	170.160,45
03.08.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	150.000,00
03.08.12	Hélio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
09.08.12	Joseval Alves Augusto	Infração a ordem econômica	1.570,07
09.08.12	Romildo Loureiro Ferreira Leite	Infração a ordem econômica	1.570,07
09.08.12	Sind. do Comercio Varej. de Derivados de Petróleo	Infração a ordem econômica	10.467,12
10.08.12	Antonio Carlos Coelho	Infração a ordem econômica	23.796,20
10.08.12	Mobra Serviços de Vigilância Ltda	Infração a ordem econômica	158.641,29
14.08.12	Uniodonto Manaus - Cooperativa Odontológica Ltda	Infração a ordem econômica	11.913,78
22.08.12	MIH Brazil Participações Ltda	Infração a ordem econômica	83.850,43
27.08.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.447,95
27.08.12	Seltec - Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	36.319,69
04.09.12	Helio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
04.09.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	173.313,21
06.09.12	Magnésia Refratários S.A.	Infração a ordem econômica	98.237,52
10.09.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	1.291,33
11.09.12	Uniodonto Manaus - Cooperativa Odontológica Ltda	Infração a ordem econômica	12.027,24
12.09.12	Joseval Alves Augusto	Infração a ordem econômica	1.585,02
12.09.12	Romildo Loureiro Ferreira Leite	Infração a ordem econômica	1.585,02
12.09.12	Sind. do Comercio Varej. de Derivados de Petróleo	Infração a ordem econômica	10.566,81
24.09.12	Unimed costa Oeste Cooperativa de Trabalho Médico	Infração a ordem econômica	169.197,85
24.09.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.482,48
24.09.12	Seltec - Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	36.549,86
01.10.12	Campos Mello Advogados	Infração a ordem econômica	171.467,99
04.10.12	Helio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
05.10.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	175.495,99
10.10.12	Whirlpool S.A	Infração a ordem econômica	8.333.333,33
10.10.12	Silvio Renato Medeiros Pires	Infração a ordem econômica	34.032,08
10.10.12	Empresa Porto Alegre de Vigilância Ltda	Infração a ordem econômica	170.160,45
26.10.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.509,50
26.10.12	Seltec - Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	36.729,99
05.11.12	Helio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
05.11.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	176.467,35
06.11.12	Brasco Logística Offshore Ltda	Infração a ordem econômica	66.923,68
12.11.12	Antônio Carlos Coelho	Infração a ordem econômica	24.159,05
12.11.12	Mobra Serviços de Vigilância Ltda	Infração a ordem econômica	161.060,28
19.11.12	Energisa S/A	Infração a ordem econômica	177.604,54
21.11.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.540,02
21.11.12	Seltec Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	36.933,47
23.11.12	SAF Participações Ltda	Infração a ordem econômica	97.915,22
28.11.12	Pioneira Yorkey do Brasil Ltda	Infração a ordem econômica	68.720,29
04.12.12	Helio Santos Oliveira	Infração a ordem econômica	2.000,00
04.12.12	Politec Tecnologia da Informação S/A	Infração a ordem econômica	177.387,34
21.12.12	Paulo Renato Pacheco	Infração a ordem econômica	5.567,54
21.12.12	Seltec Vigilância Especializada Ltda	Infração a ordem econômica	37.116,93
TOTAL			45.642.670,28



**OUTRAS RECEITAS - CÓD. 18001-7**  
(Sorteios de Instituições Filantrópicas)

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
31.01.12	Jorge Eduardo Chagas	Sorteios de Instituições Filantrópicas	42.889,20
08.06.12	Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Estado do Rio de Janeiro	Sorteios de Instituições Filantrópicas	124,36
18.09.12	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Sorteios de Instituições Filantrópicas	11.650,39
01.10.12	Antônio José dos Santos	Sorteios de Instituições Filantrópicas	250,00
17.10.12	Antônio José dos Santos	Sorteios de Instituições Filantrópicas	250,00
22.10.12	Jorge Eduardo Chagas	Sorteios de Instituições Filantrópicas	100.074,80
09.11.12	Aluizio Gomes da Silva	Sorteios de Instituições Filantrópicas	60.600,00
22.11.12	Antônio José dos Santos	Sorteios de Instituições Filantrópicas	250,00
<b>TOTAL</b>			<b>216.088,75</b>

**OUTRAS RECEITAS - CÓD. 28886-1 REF. 0002**  
(Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas)

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
05.01.12	Josemar Ponciano da Silva	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	1.050,00
25.01.12	Raimundo Nonato Cardoso	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	250,00
27.01.12	José de Ribamar da Cruz	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	877,50
27.02.12	Construtora Primor Ltda	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	207,33
27.02.12	Construtora Primor Ltda	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	330,33
27.02.12	Eliane Ratis Costa	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	250,00
27.02.12	Eliane Ratis Costa	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	311,00
28.02.12	José de Ribamar da Cruz	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	877,50
23.03.12	Jose de Ribamar da Cruz	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	877,50
27.03.12	Eliane Ratis Costa	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	250,00
27.03.12	Eliane Ratis Costa	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	311,00
27.03.12	Construtora Primor LTDA	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	207,33
27.03.12	Construtora Primor LTDA	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	330,33
09.04.12	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	2.000,00
27.04.12	Construtora Primor Ltda	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	207,33
27.04.12	Construtora Primor Ltda	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	330,33
30.04.12	Jose de Ribamar da Cruz	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	877,50
02.05.12	Maria Alzira de Melo Ferreira	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
04.05.12	Marconi Loliola Maia	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
07.05.12	Daniel de Jesus Fiquene Carvalho Branco	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
28.05.12	Jose de Ribamar da Cruz	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	877,50
04.06.12	Maria Alzira de Melo Ferreira	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
05.06.12	Daniel de Jesus Fiquene Carvalho Branco	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
05.06.12	Marconi Loliola Maia	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
15.06.12	Tracado Construções e Serviços Ltda	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	10.271,40
25.06.12	Barcas S.A - Transportes Marítimos	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	20.000,00
28.06.12	José de Ribamar da Cruz	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	545,00
03.07.12	Marconi Loliola Maia	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
03.07.12	Daniel de Jesus Fiquene Carvalho Branco	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
04.07.12	Maria Alzira de Melo Ferreira	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
16.07.12	Tracado Construções e Serviços Ltda	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	10.271,40
06.08.12	Maria Alzira de Melo Ferreira	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
06.08.12	Daniel de Jesus Fiquene Carvalho Branco	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
08.08.12	Marconi Loliola Maia	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
15.08.12	Tracado Construções e Serviços Ltda	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	10.271,40
04.09.12	Maria Alzira de Melo Ferreira	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
05.09.12	Daniel de Jesus Fiquene Carvalho Branco	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
06.09.12	Marconi Loliola Maia	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
25.09.12	Raimundo Nonato Cardoso	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	250,00
25.09.12	Raimundo Nonato Cardoso	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	545,00
27.09.12	Carlos Felipe da Costa Almeida de Paiva Nascimento	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	6.220,00
01.10.12	Maria Alzira de Melo Ferreira	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
05.10.12	Marconi Loliola Maia	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
05.10.12	Daniel de Jesus Fiquene Carvalho Branco	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
01.11.12	Marconi Loliola Maia	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
05.11.12	Daniel de Jesus Fiquene Carvalho Branco	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
05.11.12	Maria Alzira de Melo Ferreira	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
22.11.12	Sercomtel S/A Telecomunicações	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	10,00
30.11.12	Antônio Higino de Oliveira Filho	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	1.900,00
05.12.12	Nivaldo José de Andrade	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	5.000,00
05.12.12	CPF Inválido - 73832000000	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
05.12.12	Daniel de Jesus Fiquene Carvalho Branco	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
13.12.12	Marconi Loliola Maia	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
18.12.12	Moisés Mendes Cruz	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	500,00
27.12.12	Antônio Higino de Oliveira Filho	Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	1.900,00
<b>TOTAL</b>			<b>90.106,68</b>

## DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO DO EXERC. ANTERIOR - CÓD. 28850-0

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
09.01.12	Agência Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Am	Devolução de saldo de convênio	955,94
16.01.12	Federação de Entidades de Bairros e Favelas de	Devolução de saldo de convênio	3.200,20
18.01.12	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	Devolução de saldo de convênio	1.458,94
23.01.12	São João Del Rei Prefeitura	Devolução de saldo de convênio	9.634,21
24.01.12	Adecon - PE Associação de Defesa da Cidadania	Devolução de saldo de convênio	2.694,62
27.01.12	Federação de Entidades de Bairros e Favelas de	Devolução de saldo de convênio	5.211,89
10.02.12	Adecon-PE Associação de Defesa da Cidadania	Devolução de saldo de convênio	5.753,92
13.02.12	Movimento das Donas de Casa e Consumidores	Devolução de saldo de convênio	10.730,29
14.02.12	Movimento das Donas de Casa e Consumidores	Devolução de saldo de convênio	27,55
15.03.12	Instituto Bioatlântica	Devolução de saldo de convênio	4.704,03
13.04.12	Instituto Reação	Devolução de saldo de convênio	19.456,37
27.04.12	Instituto Reação	Devolução de saldo de convênio	59.616,94
10.05.12	Fundação Pro-Memória de São Carlos	Devolução de saldo de convênio	1.349,42
16.05.12	ICDE Instituto de Combate a Fraude e Defesa da	Devolução de saldo de convênio	10.292,43
21.05.12	Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Ci	Devolução de saldo de convênio	102.298,12
22.05.12	Prefeitura Municipal de Uberaba	Devolução de saldo de convênio	204.531,69
23.05.12	Prefeitura do Rio de Janeiro	Devolução de saldo de convênio	17.009,08
30.05.12	Prefeitura Municipal de Guarulhos	Devolução de saldo de convênio	97.602,82
31.05.12	CAM Centro de Apoio aos Microempreendedores	Devolução de saldo de convênio	1.293,72
31.05.12	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social	Devolução de saldo de convênio	3.303,51
01.06.12	Associação dos Amigos de Areia	Devolução de saldo de convênio	1.901,70
04.06.12	Defensoria Pública do Estado da Paraíba	Devolução de saldo de convênio	70.873,73
08.06.12	Prefeitura Municipal de Andaraí	Devolução de saldo de convênio	26.430,34
13.06.12	Morro da Fumaça Prefeitura	Devolução de saldo de convênio	4.543,73
14.06.12	Centro de Estudos Avançados da Conservação I	Devolução de saldo de convênio	515,61
22.06.12	Ass. Comunitária Espiritualista Patriarca São Jos	Devolução de saldo de convênio	6.852,48
25.06.12	Associação do Verde e Proteção do Meio Ambie	Devolução de saldo de convênio	79,43
25.06.12	Associação do Verde e Proteção do Meio Ambie	Devolução de saldo de convênio	151,85
02.07.12	Associação do Verde e Proteção do Meio Ambie	Devolução de saldo de convênio	1.426,83
02.07.12	Associação do Verde e Proteção do Meio Ambie	Devolução de saldo de convênio	7.287,62
13.07.12	Associação dos Amigos do Museu Regional de S	Devolução de saldo de convênio	17,54
25.07.12	Fundação Genésio Miranda Lins	Devolução de saldo de convênio	21.743,34
06.08.12	Associação das Donas de Casa do Estado de Go	Devolução de saldo de convênio	21.747,26
28.08.12	Prefeitura Municipal de Contagem - MG	Devolução de saldo de convênio	137.527,27
04.09.12	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Devolução de saldo de convênio	24.687,36
04.09.12	Unir, Sentir, Pensar e Agir	Devolução de saldo de convênio	4.923,59
13.09.12	Instituto de Desenvolvimento Social e Gestã...	Devolução de saldo de convênio	475,66
14.09.12	Prefeitura Municipal de Recife	Devolução de saldo de convênio	217.588,05
19.10.12	Arquidiocese de Fortaleza	Devolução de saldo de convênio	201,89
07.12.12	IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvement	Devolução de saldo de convênio	856,60
TOTAL			1.110.957,57

## STN - DEVOLUÇÃO DE DESP. DO EXERCÍCIO ANTERIOR - CÓD. 18806-9

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
TOTAL			-

## STN - RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIO DE EXERCÍCIO ANTERIOR - CÓD. 18836-0

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
24.04.12	Universidade Federal de Pernambuco	STN - Rest Conv Exerc Anter	701,52
24.04.12	Universidade Federal de Pernambuco	STN - Rest Conv Exerc Anter	0,64
04.09.12	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	STN - Rest Conv Exerc Anter	4.415,42
TOTAL			5.117,58

## STN - OUTRAS RECEITAS - CÓD. 18822-0

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
12.09.12	Sercomtel S/A Telecomunicações	STN - Outras Receitas	10,00
TOTAL			10,00

## CONTINGÊNCIA GRU COFIN - COD. 99999-7

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
TOTAL			-

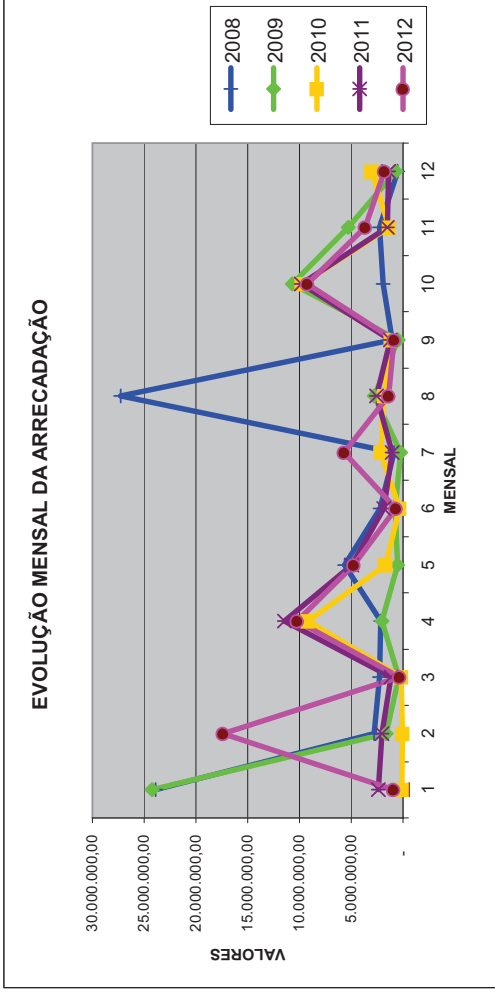
**MULTAS - LEGISLAÇÃO - INFRAÇÃO PREVISTA - COD. 10130-3**  
**(Fundo de Direitos Difusos e Coletivos dos Trabalhadores)**

DATA	RECOLHEDOR	FINALIDADE DO RECOLHIMENTO	VALOR -R\$
10.02.12	Sindicato dos Empregadores nas Empresas Permi	Infração prevista em Legislação	2.021,01
02.02.12	Edson José Osmarini	Infração prevista em Legislação	178,43
10.02.12	Sindicato dos Empregadores nas Empresas Permi	Infração prevista em Legislação	2.021,01
15.02.12	Industria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
09.03.12	Sindicato dos Empregados nas Empresas Permi	Infração prevista em Legislação	2.021,01
14.03.12	Industria de Bebidas Pingo de Ouro LTDA	Infração prevista em Legislação	650,00
04.04.12	Rotele - Distribuidora de Bebidas Ltda	Infração prevista em Legislação	49.414,38
10.04.12	Sindicato dos Empregados nas Empresas Permi	Infração prevista em Legislação	2.021,01
11.04.12	Centro de Habilitação de Consdutores Castello L	Infração prevista em Legislação	1.500,00
16.04.12	Industria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
08.05.12	Sind. Dos empregados nas Empresas Permissio	Infração prevista em Legislação	2.021,01
10.05.12	Centro de Habilitação de Condutores Castello L	Infração prevista em Legislação	1.500,00
10.05.12	Transportes Elo Ltda	Infração prevista em Legislação	600,00
15.05.12	Metalurgica Olivo Ltda	Infração prevista em Legislação	7.500,00
15.05.12	Industria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
18.05.12	Pousada Solar Inn Ltda ME	Infração prevista em Legislação	1.000,00
18.05.12	Budny Industria e Comércio	Infração prevista em Legislação	3.000,00
08.06.12	Sind. dos Empregados nas Empresas Permissio	Infração prevista em Legislação	2.021,01
11.06.12	Transportes Elo Ltda	Infração prevista em Legislação	600,00
15.06.12	Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
18.06.12	Budny Indústria e Comércio Ltda	Infração prevista em Legislação	3.000,00
19.06.12	Pousada Solar Inn Ltda ME	Infração prevista em Legislação	1.000,00
29.06.12	Energia Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	Infração prevista em Legislação	102,83
09.07.12	Pousada Solar Inn Ltda ME	Infração prevista em Legislação	1.000,00
10.07.12	Transportes Elo Ltda	Infração prevista em Legislação	600,00
10.07.12	Turamix Nutrição Animal Ltda	Infração prevista em Legislação	8.000,00
11.07.12	Sind. dos Empregados nas Empresas Permissio	Infração prevista em Legislação	2.021,01
13.07.12	Antonio Carlos Comércio de Verduras e Frutas L	Infração prevista em Legislação	1.000,00
13.07.12	Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
17.07.12	Planel Planejamentos e Construções Elétricas L	Infração prevista em Legislação	8.530,51
18.07.12	Budny Indústria e Comércio Ltda	Infração prevista em Legislação	3.000,00
25.07.12	Pousada Solar Inn Ltda ME	Infração prevista em Legislação	1.000,00
25.07.12	Pousada Solar Inn Ltda ME	Infração prevista em Legislação	1.000,00
10.08.12	Sind. dos Empregados nas Empresas Permissio	Infração prevista em Legislação	2.021,01
10.08.12	Transportes Elo Ltda	Infração prevista em Legislação	600,00
14.08.12	Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
20.08.12	Budny Indústria e Comércio Ltda	Infração prevista em Legislação	3.000,00
21.08.12	Edson Klein	Infração prevista em Legislação	6.157,25
21.08.12	Edson Klein	Infração prevista em Legislação	6.362,15
23.08.12	Centro de Habilitação de Condutores Castello L	Infração prevista em Legislação	2.000,00
10.09.12	Transportes Elo Ltda	Infração prevista em Legislação	600,00
10.09.12	Sind. dos Empregados nas Empresas Permissio	Infração prevista em Legislação	2.021,01
17.09.12	Budny Indústria e Comércio Ltda	Infração prevista em Legislação	3.000,00
17.09.12	Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
10.10.12	Sindicato dos Empregados nas Empresas Permi	Infração prevista em Legislação	2.021,01
15.10.12	Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
30.10.12	Elfort Segurança de Valores Ltda	Infração prevista em Legislação	2.044,76
08.11.12	Transportes Elo Ltda	Infração prevista em Legislação	500,00
09.11.12	Sindicato dos Empregados nas Empresas Permi	Infração prevista em Legislação	2.021,01
09.11.12	Lucila Beatriz Abdallah Nunes	Infração prevista em Legislação	800,00
14.11.12	Silvia Cavalheiro de Oliveira	Infração prevista em Legislação	500,00
16.11.12	Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
07.12.12	Lucila Beatriz Abdallah Nunes	Infração prevista em Legislação	800,00
10.12.12	Sindicato dos Empregados nas Empresas Permi	Infração prevista em Legislação	2.021,01
12.12.12	Antônio José dos Santos	Infração prevista em Legislação	250,00
14.12.12	Gráfica Santa Marta Ltda	Infração prevista em Legislação	12.332,61
14.12.12	Silvia Cavalheiro de Oliveira	Infração prevista em Legislação	500,00
17.12.12	Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda	Infração prevista em Legislação	650,00
<b>TOTAL</b>			<b>164.375,04</b>

RESUMO (em 31.12.12)		%
CONDENAÇÕES JUDICIAIS - MEIO AMBIENTE - REF. 0001	679.571,20	1,19
CONDENAÇÕES JUDICIAIS - CONSUMIDOR - REF. 0002	2.566.641,53	4,50
CONDENAÇÕES JUDICIAIS - BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTISCO... REF. 0003	9.000,00	0,02
CONDENAÇÕES JUDICIAIS - QUALQUER OUTRO INTER. DIFUSO OU COLETIVO - REF. 0004	6.420.152,64	11,26
MULTAS E INDENIZAÇÕES - DEFICIENTES - REF. 0005	23.000,00	0,04
MULTAS - CDC - CONSUMIDOR - REF. 0006	1.197.049,73	2,10
INDENIZAÇÕES - CDC - CONSUMIDOR - REF. 0007	3.963,71	0,01
MERCADO MOBILIÁRIO - REF. 0008	-	-
INFRAÇÃO A ORDEM ECONÔMICA - REF. 0009	45.642.670,28	80,06
MULTAS LEGISLAÇÃO PREVISTA - AUTO DE INFRAÇÃO	164.375,04	0,29
<b>Subtotal - Arrecadação de Receitas de Multas e Condenações</b>	<b>56.706.424,13</b>	
OUTRAS RECEITAS - SORTEIOS DE INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS	216.088,75	0,38
OUTRAS RECEITAS - DOAÇÕES	90.106,68	0,16
<b>Subtotal - Arrecadação de Outras Receitas</b>	<b>306.195,43</b>	
<b>Total das Receitas do FDD - Lei 9.008/95</b>	<b>57.012.619,56</b>	<b>100,00</b>
DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.110.957,57	
DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIOS DO PRÓPRIO EXERCÍCIO	-	
STN - DEVOLUÇÃO DE DESP. DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	
STN - DEVOLUÇÃO DE CONVÊNIO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	5.117,58	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	
OUTRAS RECEITAS - STN	10,00	
CONTINGÊNCIA GRU COFIN	-	
<b>TOTAL</b>	<b>58.128.704,71</b>	
( - ) RESTITUIÇÃO DE RECEITA DEPOSITADA INDEVIDAMENTE NO CFDD		
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>58.128.704,71</b>	

VALORES ARRECADADOS - Receitas do FDD - Lei 9.008/95										
MESES	2008		2009		2010		2011		2012	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JAN	23.883.894,06	23.883.894,06	24.217.460,59	24.217.460,59	145.090,13	145.090,13	2.384.922,79	2.384.922,79	931.854,11	931.854,11
FEV	2.818.270,32	26.702.164,38	1.621.815,83	25.839.276,42	42.107,89	187.198,02	2.049.728,25	4.434.651,04	17.370.768,39	18.302.622,50
MAR	2.263.363,03	28.965.527,41	402.171,98	26.241.448,40	189.305,49	376.503,51	1.189.730,36	5.624.381,40	348.764,84	18.651.387,34
ABR	2.131.666,45	31.097.193,86	2.022.892,57	28.264.340,97	9.181.173,86	9.557.677,37	11.440.027,56	17.064.408,96	10.256.648,70	28.908.036,04
MAI	5.628.824,61	36.726.018,47	541.459,01	28.805.799,98	1.672.562,92	11.230.240,29	4.951.696,24	22.016.105,20	4.744.816,63	33.652.852,67
JUN	2.202.812,45	38.928.830,92	757.499,10	29.563.299,08	335.745,57	11.565.985,86	1.858.204,45	23.874.309,65	5.722.124,81	34.340.187,02
JUL	868.615,15	39.797.446,07	253.556,60	29.816.855,68	2.154.673,15	13.720.659,01	1.075.480,73	24.949.790,38	687.334,35	40.062.311,83
AGO	27.259.501,54	67.056.947,61	2.769.963,97	32.586.819,65	1.815.641,52	15.536.300,53	2.561.976,12	27.511.766,50	1.406.755,82	41.469.067,65
SET	1.026.954,89	68.083.902,50	444.781,22	33.031.600,87	1.140.874,52	16.677.175,05	1.245.219,61	28.756.986,11	886.926,74	42.355.994,39
OUT	1.903.982,08	69.987.884,58	10.681.618,53	43.713.219,40	9.763.193,98	26.440.369,03	9.816.220,59	38.573.206,70	9.227.782,96	51.583.777,35
NOV	2.252.806,82	72.240.691,40	5.278.248,85	48.991.468,25	1.329.448,78	27.769.817,81	1.502.786,94	40.075.993,64	3.652.878,40	55.236.655,75
DEZ	517.377,16	72.758.068,56	724.759,27	49.716.227,52	3.044.591,71	30.814.409,52	1.386.233,71	41.462.227,35	1.775.963,81	57.012.619,56
TOTAL	72.758.068,56	-	49.716.227,52	-	30.814.409,52	-	41.462.227,35	-	57.012.619,56	-

Posição até 31.12.12



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marco Antonio Ferreira. *A efetividade da reparação do dano moral coletivo na justiça do trabalho*. Revista do Ministério Público do Trabalho, v. 20, n. 39, mar, 2010.
- ANDRADE, André Gustavo Correa de. *Dano Moral e indenização punitiva*. Rio de Janeiro:Forense, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Trad.Carlos Nelson Coutinho.Rio de Janeiro:Forense, 2002.
- BRASIL, Constituição Federal, Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;
- BRASIL. STJ, Resp 472.732/MG, 4 Turma, DJ-05.05.2003.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Resp. 215.666, 4 turma, 21.06.2001, DJ. 29/10/2001, Rel.Ministro Cesar Asfor Rocha.
- BRASIL. Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC (...) Art. 15. Será permitido o acompanhamento pelo consumidor de todas as suas demandas por meio de registro numérico, que lhe será informado no início do atendimento.
- BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação

jurídica base; III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

- BRASIL. Artigo 129 da Constituição (1988). Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:(...) III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL.Artigo 1 da Lei 7347/ 85. Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (...)IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990)
- BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Artigo 110. Acrescente-se o seguinte inciso IV ao art. 1º da Lei nº 7.347 , de 24 de julho de 1985: IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial Resp 196 024-MG, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha.(...) Na concepção moderna de reparação do dano moral prevalece a orientação de que a responsabilização doo agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto.
- BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. RR 9891800-65.2004.5.09.0014, 5 T, Rel.Min.Emanoel Pereira.
- BRASIL. Lei nº 12.288/2010, a qual incluiu o parágrafo segundo no art. 13 da Lei 7347/1985.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 28 DE 03 DE ABRIL DE 2012- Dispõe sobre a apresentação de carta-consulta e trâmite de procedimento administrativo do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos e dá outras providências.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. RECURSO ESPECIAL Nº 1.291.213 - SC (2011/0269509-0), Relator, Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça,Relator Min Sidney Benetti. Ementa: RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EMPRESA DE TELEFONIA - PLANO DE ADESAO - LIG MIX - OMISSÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES AOS



CONSUMIDORES - DANO MORAL COLETIVO - RECONHECIMENTO - ARTIGO 6º, VI, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA DESTA CORTE - OFENSA AOS DIREITOS ECONÔMICOS E MORAIS DOS CONSUMIDORES CONFIGURADA - DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO JULGADO NO TOCANTE AOS DANOS MATERIAIS E MORAIS INDIVIDUAIS MEDIANTE REPOSIÇÃO DIRETA NAS CONTAS TELEFÔNICAS FUTURAS - DESNECESSÁRIOS PROCESSOS JUDICIAIS DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL - CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS DIFUSOS, IGUALMENTE CONFIGURADOS, MEDIANTE DEPÓSITO NO FUNDO ESTADUAL ADEQUADO.

- BRASIL, Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.
- BRASIL, Lei 5584, de 26 de junho de 1970. Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.
- BRASIL. Projeto de lei 5139/2009. Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=432485>
- CAHALI, Yussef Said. *Dano Moral. 2.ed.rev.atual.e.ampli.* Sao Paulo: revista dos Tribunais, 1999.
- CARELLI, Rodrigo de Lacerda. *Transação na Ação Civil Pública e na execução do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e a reconstituição dos*

*bens lesados*. Revista do Ministério Público Do Trabalho, v. 17, n. 33, mar, 2007.

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Civil: Obrigações: Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2010. Consultor Jurídico. Reflexo da Sociedade – Cresce o número de ações por danos morais no TJ-RJ. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-ago-29/cresce-numero-acoes-danos-morais-tj-rj>> Acesso em 16 out. 2012 (...)a banalização da dor é um desvirtuamento da indenização por danos morais, sendo que se sentimentos experimentados não se caracterizam por uma dor tormentosa, excepcional, significativa, não é caso de fixar indenização por danos morais(...)
- JUNIOR, Vicente de Paula Maciel. *Teoria das ações coletivas como ações temáticas*, São Paulo: LTr, 2006, p.132.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Ação Civil Pública - Nova Jurisdição Trabalhista Metaindividual - Legitimação do Ministério Público - São Paulo : LTr - 2001, p. 59.*
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Popular: proteção do erário, do patrimônio público; da moralidade administrativa e do meio ambiente*. São Paulo:Revista dos Tribunais, 1996.
- MARTINS-COSTA, Judith. *Os danos à pessoa no direito brasileiro e a natureza de sua reparação*.In: A reconstrução do direito privado.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- MELO, Raimundo Simão de. *Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador*, 2. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 287.
- NETO, XISTO TIAGO DE MEDEIROS. *Dano Moral Coletivo*.3 ed. Sao Paulo:Ltr, 2012.
- PEREIRA, Marcos Antonio Marcondes. *Dano moral contra a coletividade:ocorrência na ordem urbanística*. <http://www.mp.sp.gov.br/co-habitacao>. Acesso em 29 de junho de 2002.
- SANDEL, Michael J, *Justiça- o que é fazer a coisa certa*, Ed. Civilização Brasileira.p.242
- SANSEVERINO, Paulo de Tarso. *Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor* .Ed.Saraiva, 2010.

- SEVERO, Sergio. *Os danos extrapatrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- SILVA, Wilson Melo da. *O dano moral e sua reparação*. 3 e.ed.rev. e amp. 3.tir. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- Direitos e interesses individuais homogêneos : ``a origem comum`` e a complexidade da causa de pedir. Implicações na legitimidade *ad causam* ativa e no interesse de agir do Ministério Público. In: Revista Faculdade de Direito PUC/SP, n 1, ano 1, p. 108-109.
- 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho- Enunciado 12- AÇÕES CIVIS PÚBLICAS. TRABALHO ESCRAVO. REVERSÃO DA CONDENAÇÃO ÀS COMUNIDADES LESADAS. Ações civis públicas em que se discute o tema do trabalho escravo. Existência de espaço para que o magistrado reverta os montantes condenatórios às comunidades diretamente lesadas, por via de benfeitorias sociais tais como a construção de escolas, postos de saúde e áreas de lazer. Prática que não malferir o artigo 13 da Lei 7.347/85, que deve ser interpretado à luz dos princípios constitucionais fundamentais, de modo a viabilizar a promoção de políticas públicas de inclusão dos que estão à margem, que sejam capazes de romper o círculo vicioso de alienação e opressão que conduz o trabalhador brasileiro a conviver com a mácula do labor degradante. Possibilidade de edificação de uma Justiça do Trabalho ainda mais democrática e despida de dogmas, na qual a responsabilidade para com a construção da sociedade livre, justa e solidária delineada na Constituição seja um compromisso palpável e inarredável.